



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
BACHARELADO – TRADUÇÃO PORTUGUÊS E ALEMÃO

Eduardo Pinto Lara de Carvalho

Traduzindo a Teoria:

Tradução comentada de "Skopos, Loyalität und Konventionen
in der Übersetzung", de Christiane Nord

Porto Alegre

2017

Eduardo Pinto Lara de Carvalho

Traduzindo a Teoria:

Tradução comentada de “Skopos, Loyalität und Konventionen
in der Übersetzung“, de Christiane Nord

Monografia apresentada ao Instituto de Letras
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
como requisito parcial para obtenção do título
de Bacharel em Letras — Tradutor Português e
Alemão.

Orientadora: Profa. Dra. Erica Foerthmann Schultz

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Carvalho, Eduardo Pinto Lara de
Traduzindo a Teoria: tradução comentada de
"Skopos, Loyalität und Konventionen in der
Übersetzung", de Christiane Nord / Eduardo Pinto Lara
de Carvalho. -- 2017.
75 f.

Orientadora: Erica Foerthmann Schultz.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Letras, Curso de Letras: Tradutor Português e
Alemão, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. tradução comentada. 2. teoria funcionalista da
tradução. 3. tradução de terminologia. 4. tradução de
exemplos. 5. linguagem inclusiva. I. Schultz, Erica
Foerthmann, orient. II. Título.

Eduardo Pinto Lara de Carvalho

TRADUZINDO A TEORIA:

**Tradução comentada de “Skopos, Loyalität und Konventionen in der Übersetzung“, de
Christiane Nord**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Comissão de Graduação do curso de Bacharelado
em Letras — Tradutor Português e Francês do
Instituto de Letras da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul como requisito parcial e
obrigatório para obtenção do título de Bacharela
em Letras.

Aprovado em 20 jul. 2017.

Prof.^a Dr.^a Erica Foerthmann Schultz — Orientadora

Prof.^a Dr.^a Cristiane Krause Kilian — UFRGS

Prof.^a Dr.^a Patrícia Chittoni Ramos Reuillard — UFRGS

Agradecimentos

Agradeço à Julia, com quem eu aprendo todos os dias, que me dá todo o amor que tem, e que recebe o meu; sem ela eu seria outra pessoa e não haveria esse trabalho. À Flávia e ao André, meu porto seguro. À Norma, que há muito tempo e talvez sem querer plantou em mim a semente das letras. Ao Rui, que foi o que eu sou de jeitos que eu ainda nem sei. À Erica, que de pouco em pouco foi me ensinando a pensar a língua e a tradução, e a todos os professores que fizeram parte da minha formação. A todos os amigos que me ajudaram e que aceitaram que eu desaparecesse um pouco durante esse tempo, e que vão me aceitar de volta quando isso acabar.

Resumo

A obra de Christiane Nord recebe cada vez mais atenção nos Estudos de Tradução no Brasil. No entanto, existem poucas traduções brasileiras de seus textos, o que deixa tradutores, estudantes e pesquisadores, quando muito, com a possibilidade de leitura apenas em outras línguas. É para preencher essa lacuna que proponho a tradução de “Skopos, Loyalität und Konventionen in der Übersetzung”, artigo escrito em inglês, publicado em 1991 e republicado em 2010 em tradução alemã pela autora. A partir desse processo de tradução e das reflexões teóricas propostas por Nord e por teóricos que a influenciaram, como Katharina Reiß e Hans Vermeer, comento os principais problemas tradutórios enfrentados, que incluem: problemas com a terminologia dos Estudos de Tradução no Brasil; problemas com o tratamento tradutório de exemplos de tradução, isto é, de exemplos em que um texto é citado junto de uma ou mais traduções; problemas relativos à reprodução da linguagem inclusiva de gênero que integra o estilo da autora. Ao refletir sobre os problemas tradutórios, com foco especial nos problemas específicos da tradução de textos de Estudos de Tradução, procuro contribuir para o desenvolvimento de futuras traduções e estudos de textos dessa área.

Palavras-chave: tradução comentada; teoria funcionalista da tradução; tradução de terminologia; tradução de exemplos; linguagem inclusiva.

Abstract

Obwohl in Brasilien die Werke von Christiane Nord immer mehr Aufmerksamkeit erregen, liegen noch immer wenige brasilianische Übersetzungen ihrer Texte vor. Brasilianische ÜbersetzerInnen, Übersetzungsstudierenden und ForscherInnen bleibt deshalb nur die Möglichkeit, Nords Texte in anderssprachigen Übersetzungen zu lesen, wenn überhaupt. Um diese Lücke zu füllen wird die Übersetzung des Aufsatzes „Skopos, Loyalität und Konventionen in der Übersetzung“ vorgeschlagen, der ursprünglich 1991 auf englisch verfaßt, 2010 von der Autorin für eine neue Auflage ins Deutsche übersetzt wurde. Ausgehend von dem hierfür durchgeführte Übersetzungsprozess werden die bedeutendsten Übersetzungsproblemen kommentiert, die gelöst werden mußten. Den theoretischen Ansatz begründen die Überlegungen von Nord und den sie beeinflussenden Autoren Katharina Reiß und Hans Vermeer. Unter den besprochenen Problemen befinden sich: Probleme der übersetzungswissenschaftlichen Terminologie in Brasilien; Probleme bei der übersetzerischen Behandlung von Übersetzungsbeispiele, d.h. Beispiele, die einen Text und eine oder mehrere Übersetzungen davon aufführen; Probleme der von Nord verwendete geschlechtergerechte Sprache. Mit der Diskussion über Übersetzungsprobleme soll außerdem einen Beitrag zu künftigen Übersetzungen und Studien überesetzungswissenschaftlicher Texte geleistet werden, wobei besonders auf spezifische Probleme der Übersetzung von Texten dieses Fachgebiets fokussiert wird.

Schlüsselwörter: kommentierte Übersetzung; funktionale Translationstheorie; Übersetzung von Terminologie; Übersetzung von Beispielen; geschlechtergerechte Sprache.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – ocorrência de termos do funcionalismo no Google Scholar	38
Quadro 2 – ocorrência de termos do funcionalismo em <i>corpus</i> da área de Estudos de Tradução em português brasileiro	39
Figura 1 – esquema do texto-meta e do texto-fonte com exemplos de tradução	42
Quadro 3 – neutralização como estratégia de linguagem inclusiva	60
Quadro 4 – reformulação como estratégia de linguagem inclusiva	60

LISTA DE SIGLAS

EXT	Exemplo de tradução
EXT-TF	Exemplo de tradução no texto-fonte
EXT-TM	Exemplo de tradução no texto-meta
SLK	„Skopos, Loyalität und Konventionen in der Übersetzung“ (Nord, 2010c)
TF	Texto-fonte
TF-E _F	Texto-fonte do EXT-TF
TF-E _M	Texto-fonte do EXT-TM
TM	Texto-meta
TM-E _F	Texto-meta do EXT-TF
TM-E _M	Texto-meta do EXT-TM

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 APRESENTAÇÃO	13
2.1 FUNCIONALISMO E TEORIA DO ESCOPO	13
2.2 CHRISTIANE NORD	22
2.3 O TEXTO-FONTE: “SKOPOS, LOYALITÄT UND KONVENTIONEN IN DER ÜBERSETZUNG”	25
3 PROPOSTA DE TRADUÇÃO DE “SKOPOS, LOYALITÄT UND KONVENTIONEN IN DER ÜBERSETZUNG”	29
4 COMENTÁRIOS SOBRE A TRADUÇÃO	31
4.1 PROBLEMAS TERMINOLÓGICOS	32
4.2 PROBLEMAS RELATIVOS AO USO DE EXEMPLOS	41
4.3 PROBLEMAS RELATIVOS À LINGUAGEM INCLUSIVA	56
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	68

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe uma tradução comentada do texto “Skopos, Loyalität und Konventionen in der Übersetzung” (NORD, 2010c; doravante abreviado como “SLK”), da professora, tradutora e teórica da tradução Christiane Nord. A motivação para o trabalho surgiu do interesse pelo tema abordado pela autora: a relação entre convenções (na comunicação, na língua, na tradução) e o conceito de *lealdade* na tradução, segundo definido pela autora – em poucas palavras, a responsabilidade ética do tradutor perante os demais agentes do processo tradutório. Além disso, a experiência de traduzir um texto da área de Fraseologia¹, na disciplina Estágio Supervisionado de Tradução do Alemão II (2015/2), já apresentou problemas tradutórios relativos a metalinguagem no tratamento de exemplos (e.g. como tratar uma citação de uma definição de dicionário, como reproduzir a problematização desta no texto, etc.); a escolha de SLK passou pela suposição, depois confirmada, de problemas tradutórios semelhantes. O trabalho buscará responder à questão: como os problemas de tradução particulares do texto-fonte (TF) – que podem ser em maior ou menor grau generalizados para outros textos do mesmo gênero e da mesma área ou de áreas afins – podem ser resolvidos na tradução?

A constatação de que, dentre as fontes consultadas, que incluíam periódicos, acervos digitais de bibliotecas e catálogos de editoras, o texto não tinha nenhuma tradução publicada, reforçou a importância de traduzi-lo. Aliás, os textos de Christiane Nord quase não têm traduções para o português brasileiro, embora o funcionalismo nos Estudos de Tradução tenha recebido mais atenção nas últimas décadas. O motivo para isso pode ser, por um lado, o fato de que o público que leria os textos da teoria funcionalista da tradução seja composto de tradutores, estudantes, professores e teóricos da tradução. Isso significa que o público interessado em ler textos de Nord geralmente já tem acesso a eles via traduções para as suas respectivas línguas de trabalho, seja o francês, espanhol ou inglês – sem falar dos profissionais e estudantes que trabalham com a língua alemã. De fato, as obras-chave da autora já foram traduzidas para essas e outras línguas. Não obstante, é de interesse do público brasileiro que existam traduções para a sua língua, pois é nela que os seus próprios textos acadêmicos e suas próprias traduções são escritos. Ademais, a tradução (ou as traduções) de uma linha teórica serve não só para difundir numa nova comunidade linguística o conhecimento e os pontos de vista alcançados, mas também para estabelecer na língua-meta uma terminologia consistente, pode-se dizer até um

¹ O artigo traduzido para a disciplina foi “Multivariates Faktorenmodell des translatorischen Handelns”, de Helmut Sagawe (2000).

discurso desta linha na comunidade linguística em que é recebida. Como veremos, a terminologia funcionalista levanta alguns problemas de tradução em função da marcada variação terminológica que apresenta, tanto em português quanto em alemão.

Fora o interesse específico pela teoria funcionalista, o estudo da tradução de textos de Estudos de Tradução contribui para a realização de futuras traduções nesta área, bem como em áreas afins, que podem apresentar problemas semelhantes, como a Linguística e a Literatura Comparada. Um exemplo dessa “retroalimentação” é o texto “*Translating functionalism the functional way*” (Nord, 2012), em que a autora discute sua tradução de um texto canônico da abordagem funcionalista, e que foi uma valiosa referência para este trabalho.

Dentre as poucas traduções de textos de Nord, cabe destacar duas traduções publicadas em 2016. A primeira é a tradução do livro *Textanalyse und Übersetzen: Teoretische Grundlagen, Methode und didaktische Anwendung einer übersetzungsrelevanten Textanalyse*, publicado originalmente em 1988, e que já dispunha de traduções para o inglês, espanhol, árabe e chinês. Essa tradução foi coordenada pela Prof. Dra. Meta Elisabeth Zipser e realizada no contexto do Grupo de Pesquisa Tradução e Cultura (TRAC) do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução (PGET) da Universidade Federal de Santa Catarina²; o trabalho de tradução contou com a colaboração de Nord. A segunda é a tradução da Prof. Dra. Cristiane Kilian³ do artigo “*Loyalität statt Treue: Vorschläge zu einer funktionalen Übersetzungstypologie*” (NORD, 2010b), cujo texto-fonte foi reeditado no mesmo volume de SLK.

É preciso assinalar que a tradução aqui proposta é, em certo sentido, uma tradução indireta: SLK é uma tradução do texto “*Scopos, Loyalty and Translational Conventions*”, escrito por Christiane Nord para a revista *Target* (n. 3, v. 1, 1991, p. 91-109). O texto que serviu de TF para a tradução aqui apresentada é por sua vez uma tradução para o alemão feita pela própria autora, publicada em um volume que compila diversos artigos seus escritos ao longo de 21 anos (NORD, 2010a). Em outras palavras: a tradução aqui proposta é uma tradução de uma “autotradução”. Por entender que a autotradução dá ao texto-meta o *status* (relativo) de “autoral”, e por considerar que o texto em questão é de caráter primariamente informativo (ou “referencial”), tratarei de SLK como um texto “primeiro” nas discussões de questões de

² Nord, C. *Análise textual em tradução: bases teóricas, métodos e aplicação didática*. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016a. (Coleção Transtextos; v. 1)

³ Nord, C. “Lealdade em vez de fidelidade: proposta de uma tipologia funcional da tradução”. In: *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, n. especial, p. 9-24, 2016b.

tradução. Levarei em consideração o texto “original” em língua inglesa apenas quando isso for relevante.

Este trabalho será dividido em 5 capítulos: após a introdução do trabalho neste capítulo, o Capítulo 2 apresenta o objeto do trabalho, ou seja, o texto-fonte (SLK), primeiramente situando-o no contexto da teoria funcionalista da tradução e da Teoria do Escopo (2.1), bem como no contexto da obra da autora (2.2), para depois proceder à análise do próprio texto-fonte (2.3). O Capítulo 3 apresenta o projeto de tradução estabelecido para conduzir o processo tradutório. Os problemas de tradução e as escolhas tradutórias serão discutidos no Capítulo 4, e as considerações finais encerram o trabalho no Capítulo 5.⁴

Devo ressaltar, porém, que a presente monografia opera com uma relativa intersecção metodológica, a saber, entre objeto de estudo e fundamentação teórica. As duas traduções citadas acima serviram, portanto, de referencial teórico e, ao mesmo tempo, de referência para o tratamento de questões terminológicas na tradução aqui proposta. Por outro lado, a teoria funcionalista da tradução, apresentada no Capítulo 2, serve para contextualizar as questões discutidas em SLK (uma vez que esse texto recupera conceitos da Teoria do Escopo) e, ao mesmo tempo, é usada para pensar a tradução proposta para SLK. Parte da discussão do TF, por exemplo em relação à lealdade, também fundamenta o trabalho de tradução. Assim como Nord em sua tradução de Reiß e Vermeer ([1984] 2012), procuro aqui “traduzir o funcionalismo de maneira funcional”.

Todas as citações de textos escritos originalmente em língua estrangeira neste trabalho serão apresentadas em tradução minha, com a exceção de textos que foram consultados em tradução. Nesses casos, indicarei a fonte da tradução em nota de rodapé e, ao final, nas referências. Essa escolha foi feita a fim de evitar o excesso de comentários no texto e em notas de rodapé.

⁴ A versão deste trabalho destinada à banca de avaliação incluiu um apêndice ao final do trabalho contendo o texto-fonte (TF) e o texto-meta (TM), intercalados página a página para facilitar o cotejo. A presente versão não traz esses textos a fim de evitar infrações legais, visto que não foram buscados os direitos de tradução a tempo para o trabalho.

2 APRESENTAÇÃO

Nessa seção, meu objetivo será situar o texto para o qual proponho uma tradução, “Skopos, Loyalität und Konventionen in der Übersetzung” (NORD, 2010c; = SLK), dentro de seu contexto maior. Começarei apresentando as abordagens funcionalistas da tradução e a inserção destas nos Estudos de Tradução; a seguir, apresentarei os conceitos principais da Teoria do Escopo, focando naqueles que são utilizados em SLK; depois, discutirei a posição e relevância da autora, Christiane Nord, dentro dessa perspectiva teórica; por fim, tratarei de aspectos relevantes de SLK.

Repito que a teoria que a seguir será apresentada para contextualizar SLK também servirá de base teórica para o projeto de tradução (Capítulo 3). Trata-se, portanto, de uma apresentação do objeto de estudo que servirá igualmente de referencial teórico, numa situação de “metateoria”.

2.1 FUNCIONALISMO E TEORIA DO ESCOPO

As abordagens funcionalistas dentro dos Estudos de Tradução se desenvolveram na década de 1980 no contexto daquilo que Snell-Hornby (2006, p. 47) denomina a “virada cultural” (*cultural turn*) dos Estudos de Tradução. Essa abordagem, surgida na (então) Alemanha Ocidental, transportou o foco da tradução para a sua *função* no contexto da cultura-meta (SNELL-HORNBY, 2006, p. 51), em oposição a visões tradicionais que pensavam a tradução principalmente em torno da relação entre texto-fonte (TF) e texto-meta (TM).

Essas perspectivas viam na tradução um processo essencialmente linguístico e, em função disso, embasavam o estudo da tradução majoritariamente na Linguística (SALDANHA, 2011, p. 148). Além disso, excluía da reflexão sobre tradução fatores externos à língua e ao texto, como elementos das culturas envolvidas na tradução, subjetividade do tradutor, cognição e considerações sobre o público do texto-meta etc. (REIß; VERMEER, 1984, p. 42). Assim, a *teoria funcionalista* inicialmente se afirmou e alcançou parte de seu *status* ao se colocar em oposição à *teoria linguística* da tradução e ao criticar sua insuficiência. No entanto, a separação entre as duas abordagens não é necessária, visto que suas fundamentações teóricas não se negam mutuamente e que possivelmente podem ser aplicadas em conjunto. Abordagens mais recentes inclusive conciliam pontos de vista linguísticos com os ditos “culturais”, segundo Saldanha (2011, p. 148). Munday (2016 p. 114) aponta que o próprio surgimento das teorias funcionalistas nos anos de 1970-80 está ligado aos “avanços nos estudos linguísticos dos parâmetros complexos de compreensão e geração de textos”.

Para a teoria linguística, a concepção da tradução se baseava essencialmente na noção de *equivalência*. Alguns teóricos representativos que mantinham (ou mantêm) essa perspectiva são Werner Koller, Wolfram Wilss e os teóricos da Escola de Leipzig, entre eles Otto Kade, Albrecht Neubert, Gerd Wotjak. Segundo essa abordagem, a tradução é definida pela existência de equivalência entre elementos (palavras, sintagmas, frases etc.) do TF e elementos do TM. É importante ressaltar, porém, que existe uma relativa flutuação na definição do conceito, como aponta Koller (2011, p. 218). Este autor defende, por exemplo, que uma equivalência *tradutória* ou uma *relação de equivalência* existiria entre um *texto* na língua-fonte e um texto na língua-meta⁵. Essa equivalência poderá ser de diversos tipos, isto é: a exigência de equivalência pode se referir a aspectos temáticos, estilísticos, funcionais, estéticos, etc. do texto na língua-fonte, que devem ou podem ser preservados no texto na língua-meta (KOLLER, 2011, p. 219). O texto de Koller busca ampliar o espectro do conceito de equivalência, já então questionado, ao lhe acrescentar subcategorias – de certa forma, procura flexibilizar o conceito para adaptá-lo a mais possibilidades de concretização.

Os autores proponentes da teoria funcionalista criticavam na noção de equivalência a exigência de que o TM comunique “o ‘mesmo’ significado que o seu texto-fonte, necessariamente estável e independente de uma língua individual” (KENNY, 2011, p. 96; cf. SNELL-HORNBY, 2006, p. 52). Atualmente, é difícil encontrar defensores dessa visão de equivalência e tradução, que mesmo quando do surgimento do Funcionalismo já não predominava; versões mais recentes de teorias linguísticas da tradução postulam “relações de equivalência entre textos [...] levando em conta o papel dos sujeitos que traduzem, os tradutores, ao criar e manter essas relações” (KENNY, 2011, p. 96). Podemos dizer, então, que a perspectiva teórica dos autores funcionalistas, embora representasse de fato uma ruptura no pensamento da tradução, era acompanhada por uma certa atitude polemista, que se dissipou parcialmente com o passar do tempo.

Para as teorias baseadas na equivalência, constata-se a existência de equivalência entre o que se convencionou chamar “unidades de tradução”, definidas de diversas formas: como palavra, segmento, frase, texto, segundo Koller (2011), etc., ou seja: uma unidade de tradução no texto-meta deverá (ou poderá) equivaler a uma unidade de tradução no texto-fonte. Hurtado

⁵ Vale comentar que essa perspectiva teórica enfatiza os conceitos de *língua-fonte* e *-meta*, em alemão *Ausgangs- e Zielsprache*, por exemplo ao falar em *ausgangssprachlicher Text* [texto na língua-fonte]. As abordagens funcionalistas, por outro lado, tendem a enfatizar a inserção da língua numa *cultura* ou *língua-cultura*, que figura como contexto de produção de um texto. Quanto aos textos, serão denominados simplesmente *Ausgangs-* e *Zieltext* – [texto-fonte] e [texto-meta].

Albir (2001, p. 224 et seq.) faz um amplo apanhado de abordagens teóricas sobre o conceito de unidade de tradução. O movimento de situar o texto inteiro como unidade de tradução se encontra também em autores funcionalistas, como Reiß e Vermeer (1984)⁶ e Nord (2010e, p. 158: “unidade de tradução vertical”, referindo-se ao texto inteiro como unidade). Essa visão parece manter sua importância para a reflexão, como apontam Hatim e Mason (1990, p. 180): “Na etapa de tomada de decisões, a adequação de unidades específicas só pode ser avaliada à luz do lugar ocupado por essas unidades no plano global do texto, plano que trará consigo uma abundância de relações complexas entre a textura, a estrutura e o contexto do discurso”. No entanto, Nord (2010e, p. 154) aponta que a unidade de tradução, definida originalmente como o menor segmento do TF ao qual se pode atribuir equivalência num TM (KADE, 1968, apud NORD, 2010e, p. 153), ao se tornar maior, perde valor enquanto instrumento didático, por exigir a inclusão de fatores situacionais e culturais.

Quanto à definição de tradução, Reiß e Vermeer (1984, p. 41 et seq.) criticam a noção, defendida pelas teorias linguísticas da tradução, de que a tradução seria um *ato comunicacional duplo*, ou de *duas fases*. Nesse modelo, a primeira fase (ou ato comunicacional primário) consiste em um emissor que comunica uma mensagem a um receptor; o tradutor, enquanto um dos receptores da mensagem primária, vai receber esta; na segunda fase (o ato comunicacional secundário), o tradutor transcodifica (ou recodifica, reformula etc.) a mensagem em uma outra língua (= código); o tradutor se torna então o emissor, cujo receptor não domina o código do emissor original. O tradutor é assim apenas o mediador de um ato comunicacional entre um emissor da língua-fonte e um receptor da língua-meta. A tarefa do tradutor será compreender a mensagem primária e reproduzi-la de maneira a manter a equivalência (de sentido ou de significado, a nível da palavra, da frase ou do texto inteiro) entre o texto na língua-fonte e o texto na língua-meta. Assim, “fenômenos não-linguísticos, nesse tipo de modelo, como valores culturais, são facilmente excluídos: não têm nenhum lugar na reprodução de uma mensagem por meio de simples recodificação – um processo fundamentalmente formal” (REIß; VERMEER, 1984, p. 42-3).

⁶ Os autores ressaltam que a equivalência “pode ser descrita como relação entre signos linguísticos individuais de um par de textos e como relação entre textos inteiros. Mesmo que exista uma relação de equivalência entre dois elementos específicos de um par de textos, isso não implica a existência de equivalência textual plena. O contrário também é válido: mesmo que exista equivalência textual plena, isso não implica na existência de equivalência entre todos os segmentos ou elementos textuais de um par de textos. Além disso, a equivalência textual, na nossa visão, transcende a manifestação textual *linguística* e inclui a equivalência cultural” (REIß; VERMEER, 1984, p. 131).

Para Reiß e Vermeer, essa visão não se encontra muito longe da visão da tradução (e de língua) que embasa certas perspectivas da tradução automática, e que argumentaria: se a língua é essencialmente um *sistema* de *elementos* que contêm significado e de *regras* de funcionamento, e a translação (tradução e interpretação) é um fenômeno exclusivamente *linguístico*, logo o sucesso desta depende apenas de que o tradutor ou intérprete (ou *software de tradução*) tenha um domínio suficientemente abrangente dos elementos e regras que constituem ambas as línguas (REIß; VERMEER, 1984, p. 45). Nord (2016a, p. 71) propõe, no lugar do modelo de duas (ou três) fases, um “modelo circular” do processo tradutório, que será discutido mais adiante.

Como dito acima, as abordagens linguística e funcionalista (ou “cultural”) da tradução não são totalmente irreconciliáveis, como pode ter parecido quando do surgimento da segunda. Porém, as contribuições do funcionalismo para o entendimento da tradução não deixam de ser significativas. A seguir apresentarei os conceitos centrais da teoria de Hans Vermeer, denominada Teoria do Escopo. Além de ter marcado um ponto central no desenvolvimento do que hoje se denomina funcionalismo nos Estudos de Tradução, essa teoria é uma referência essencial para a teoria de Christiane Nord, e os conceitos daquela figuram no texto que me proponho a traduzir. Assim se constata a sua relevância para o presente trabalho.

Antes de prosseguir, é preciso fazer um breve esclarecimento a respeito dos termos empregados na Teoria do Escopo e da sua tradução (tema que será importante para o Capítulo 4), para em seguida discutir os principais conceitos dessa teoria. Em lugar de *Übersetzung* [tradução], essa teoria dá preferência para o termo *Translation* [translação], que foi introduzido por Otto Kade em 1968, e serve de hiperônimo para tradução e interpretação, referidas tanto como atividades quanto como processos. O termo também é preferido por funcionar em alemão como estrangeirismo (*Fremdwort*) e assim, na visão dos autores, evitar associações indesejadas com palavras de uso comum (REIß; VERMEER, 1984, p. 7). Desse termo alemão, os autores derivam os termos *Translat* [translado], que se refere ao produto de uma atividade de translação (um texto escrito, uma fala, uma gravação etc.); *translatorisch* [translatório] como adjetivo; *Translator* [tradutor], como hiperônimo para tradutor e intérprete; por fim, os compostos *Translationstheorie* [teoria de translação] e *Translationswissenschaft* [Estudos de Translação].

A Teoria do Escopo foi apresentada pelo teórico alemão Hans J. Vermeer primeiramente em um artigo de 1978 (*Ein Rahmen für eine allgemeine Translationstheorie*⁷), na revista

⁷ Em português, “Um quadro de referência para uma teoria geral da translação”.

Lebende Sprachen; a obra de referência para essa teoria, *Grundlegung einer allgemeinen Translationstheorie*⁸, foi escrita em parceria com Katharina Reiß e publicada em 1984. A primeira parte, em que é apresentada a “teoria geral”, é de autoria de Vermeer, enquanto a segunda parte, que trata das “teorias específicas”, consiste na inserção, dentro do referencial teórico de Vermeer, da teoria anterior de Reiß sobre a relação entre gênero textual (*Textsorte*), tipo textual (*Texttyp*) e método de tradução (Nord, 2010f).

A *Teoria do Escopo* se baseia na teoria da ação (Von Wright, 1968) e enxerga a tradução como uma atividade teleológica [*a purposeful activity*] cuja intenção é mediar a comunicação entre membros de comunidades culturais diferentes. Escopo é uma palavra de origem grega que significa “finalidade”, e esta, no sentido de função comunicativa pretendida, representa o conceito central dessa teoria. (NORD, 2010f, p. 121).

O que deve guiar o processo tradutório não seriam (apenas) características formais, temáticas, estilísticas etc. do TF, como propunham teorias anteriores, mas, acima de tudo, o *Skopos* [escopo] – o “propósito”, a “finalidade”, especificamente, a função comunicativa que o tradutor ou intérprete busca alcançar com o texto-meta. O escopo será definido pelo *iniciador*, que pode ser o cliente (ou *solicitante* da translação) ou o próprio tradutor. Do ponto de vista da perspectiva tradicional, isso significa que essa é uma teoria que se orienta “primariamente pelo traslado”, uma teoria “prospectiva” (REIß; VERMEER, 1984, p. 79). O critério para uma boa tradução não será a “fidelidade” para com o TF, isto é, a exigência de equivalência (seja qual for a definição desta) entre TF e TM. Vermeer (1986, p. 42) cita o exemplo de um manual de uso de uma máquina de lavar roupa: ele deve ser compreensível para seus usuários (lamentavelmente referidos por Vermeer como *Hausfrauen* [donas de casa]) enquanto manual de uso; se for traduzido, “o traslado deve (querer) fazer o mesmo. Essa é a finalidade que deve orientar qualquer tradução. Toda “imitação” do texto-fonte deve se subordinar a esse objetivo!”.

A fidelidade, chamada na Teoria do Escopo de “coerência intertextual” (REIß; VERMEER, 1984 p. 114), está subordinada primeiramente à “coerência intratextual”: “um traslado deve em primeiro lugar ser compreensível (“consistente”) por si próprio; somente um texto compreensível pode ter suas condições de produção investigadas”. Acima de tudo, a coerência intertextual está subordinada à chamada “regra do escopo”, que diz:

⁸ Em português, “Fundamentos de uma teoria geral da translação”.

Toda ação é determinada pela sua finalidade (é função de sua finalidade): $Trl. = f(Sk)$. Em outras palavras, podemos dizer que, para a tradução, “os fins justificam os meios”. Existe um conjunto de finalidades ($C > 1$). As finalidades são ordenadas hierarquicamente, e devem ser justificáveis (“razoáveis”). (REIß; VERMEER, 1984, p. 101).

Portanto, a fidelidade não é excluída dessa perspectiva teórica: ela pode ser uma das finalidades da translação, desde que isso seja previsto pelo escopo – cf. Vermeer (1986, p. 42-3): “a coerência enquanto conexão com o texto-fonte, considerando-se o objetivo e a finalidade, deve vir apenas em terceiro lugar, após a função (a finalidade) e a coerência intratextual do translado. [...] A imitação exata das formas do texto-fonte pode ser uma finalidade do translado!”. Seria o caso, por exemplo, de uma tradução que sirva de meio didático para a compreensão da estrutura linguística de um texto na aula de língua estrangeira.

Reiß e Vermeer se baseiam na Teoria da Ação (referem-se às obras de Gisela Harras e Jochen Rehbein) para seu conceito de translação. Toda ação, segundo essa teoria, “tem a finalidade de alcançar um objetivo para assim alterar o estado atual das coisas” (REIß; VERMEER, 1984, p. 95), e parte de uma “cadeia de motivações”; se baseia nas expectativas sobre o estado futuro das coisas, em contraste com a percepção do atual, e pressupõe uma escolha da finalidade dentro de um espectro de possibilidades determinado por convenções, dentro de uma cultura. Textos também são interpretados como (resultado de uma) ação. Tendo isso em conta, Reiß e Vermeer definem sua teoria da translação como uma “teoria complexa da ação”: a translação, enquanto tipo específico de ação, ocorre sempre em uma situação onde já existe uma “ação primária” (o TF), da qual será um tipo de continuação, ou ação secundária (REIß; VERMEER, 1984, p. 95). Assim, toda tradução, bem como todo enunciado linguístico (STERN, 1974, p. 67, apud REIß; VERMEER), é determinada por sua(s) finalidade(s).

Segundo Vermeer (1986, p. 40), o ser humano age dentro de um “contínuo de mundos estreitamente interligados”. No exemplo citado da tradução do manual de uma máquina de lavar roupa, a empresa que fabrica a máquina

se situa numa rede de relações, onde talvez impere o lema “produzir e vender”. Ela passa a tarefa de escrever o manual de instruções de um modelo de eletrodoméstico para uma organização interna ou externa [...]. Essa organização, por sua vez, se situa em outra rede de relações, que talvez se centre no lema “seja claro” (para tentar utilizar uma máxima de Grice) – em muitos casos, o lema é “vai logo com isso, que tempo é dinheiro”. Nem sempre é produzido um manual ideal para a dona de casa leiga, que

terá de se virar com um texto entendido pela metade, ou não entendido, ou mal-entendido, com termos técnicos, imagens e esquemas mal reproduzidos etc. Então, entra em cena o tradutor. Na sua rede de relações é possível que impere o lema “traduza funcionalmente”. A depender do caso, isso pode significar: reescreva parte do texto, na medida em que isso o torne inteligível para os receptores-meta. Um tradutor não deve ter medo de reescrever um texto-fonte mal feito, a fim cumprir seu objetivo! [...] Por fim, chega o receptor-meta. Na sua rede de relações está a demanda: “quero entender o texto!” (VERMEER, 1986, p. 40-1).

O autor postula, a partir dessa situação hipotética, que o tradutor deve ter domínio dos diferentes “mundos” envolvidos na situação da tradução: “ele deve ser capaz de distinguir o mundo do solicitante, o seu próprio e o do receptor-meta, além de conhecê-los e estabelecer a relação entre eles” (VERMEER, 1986, p. 41). Isto é dizer: o tradutor (e o intérprete) deve ser *pluricultural*. Ele deve entender, em outras palavras, os interesses e expectativas de cada uma das partes envolvidas na translação, e entender que esses interesses e expectativas são influenciados (ou determinados) por convenções culturalmente específicas.

Recuperando noções do estudo da recepção, Vermeer (1986, p. 41-42) afirma que não existe, em primeiro lugar, “o texto-fonte”, isto é: existe uma interpretação individual de um texto, um “texto-fonte-para-o-recipientex-no-momento-t_x” (VERMEER 1986, p. 41-42). Aproxima-se do que Mittmann (2003, p. 56-7) diz ao falar da tradução do ponto de vista da Análise do Discurso: o sentido não está “dado”, “contido” pelo texto, mas é construído (“produzido”) no processo de produção do texto e, novamente e atravessado por outra individualidade, no processo de leitura. Assim, não é possível tomar “o texto-fonte” como gabarito para a tradução, pois não é “ele” que lhe serve de base, mas sim a interpretação do tradutor. Não existe, igualmente, “a tradução”, pois cada TM será fruto de, primeiramente, um processo individual e (ao menos em parte) subjetivo de interpretação, e de outro processo novo de textualização, guiado, como vimos, por finalidades que podem não ser a mesmas do TF. O TF se encontra, assim, “destronado”, e “a translação está livre dessa ficção” (VERMEER, 1986, p. 42).

Essa formulação talvez polêmica da visão de Vermeer encontrou resistência por parte de defensores das teorias linguísticas da tradução. Koller (2011 p. 215-6) critica o “rebaixamento” do *status* do “texto original” a uma *mera* oferta de informação; o tradutor, por outro lado, é elevado a um *coautor*, que “oferecerá informação na quantidade e na forma que julgar melhor para os receptores do texto-meta tendo em vista sua tradução de um texto-fonte” (REIß; VERMEER, 1984, p. 123). Também percebe de forma negativa a ampliação do objeto de estudo sob os termos *Translation* [translação] e *Transfer* [transferência], este último termo referindo

uma categoria mais ampla, que engloba a translação, entre outras formas, e que prevê, por exemplo, a transferência de ação verbal em não verbal e vice-versa. Para Koller, isso tiraria a base empírica da disciplina, transformando-a num “estudo geral da adaptação de textos” (2011, p. 215-6). No entanto, embora críticas construtivas a uma teoria sejam, é claro, sempre bem-vindas, aquilo que Koller critica na Teoria do Escopo (selecionando as citações de maior efeito polêmico, ao mesmo tempo sem dar uma apresentação compreensiva da teoria) parece ser justamente o que a aproxima da realidade prática dos tradutores e intérpretes: a possibilidade (e necessidade) de modificação do TF para possibilitar a comunicação pela translação na prática é de fato mais ampla do que teorias linguísticas da tradução costuma(va)m considerar. Talvez isso seja ainda mais claro no caso do trabalho dos intérpretes.

Quanto à escolha do escopo para uma translação, diz Vermeer:

A finalidade de uma translação está correlacionada com a *situação* da ação. Nem toda finalidade pode ser alcançada em qualquer situação. Alterando-se a situação, a mesma finalidade pode se tornar inadequada ou obsoleta.

Visto que, no caso da tradução enquanto transferência intercultural, a situação, entre a produção do texto-fonte e a recepção do texto-meta, necessária e trivialmente se modifica de maneira considerável (e mais de uma vez), resultam três possibilidades:

Ou a finalidade permanece constante – o que alterará outro fator da translação, por exemplo o efeito –, ou um texto se torna inadequado para uma translação, ou se altera a finalidade da translação (este último caso ocorre seguidamente! A escolha – necessária – de *uma* entre as diferentes opções também é, em certos casos, um problema de ética da tradução). (VERMEER, 1986, p. 46).

Como vimos, a Teoria do Escopo se serve de perspectivas de diferentes disciplinas e teorias, como os Estudos Culturais, a Filosofia da Linguagem, a Teoria da ação, a Linguística, etc. Talvez seja precisamente essa a maior contribuição dessa teoria para os Estudos de Tradução: pensar a tradução não como um processo (ou um fenômeno) exclusivamente linguístico; se a própria fala e escrita (autoral, primária) já incluem elementos alheios à língua, que dirá um texto escrito em uma língua-cultura que “informa” (num sentido bastante amplo e, atualmente, talvez ultrapassado) sobre um outro texto escrito em outra língua-cultura. Por trás dessa perspectiva holística, está um entendimento de língua interdisciplinar e “aberto”, de língua como um “comportamento comunicativo” (REIß; VERMEER, 1984, p. 34). Também parece importante o entendimento de que a “fala/escrita é sempre apenas a verbalização parcial da situação (e de seu contexto)”, e de que “aquilo que é verbalizado, assim como a forma de verbalização é específico de cada cultura e, portanto, língua” (VERMEER, 1986, p. 44). A

delimitação de tradução é ampliada pela noção de que um elemento verbal de um TF não necessariamente tem de corresponder a um elemento verbal no TM.

Quanto à noção de ato comunicacional de duas fases, a oposição que Reiß e Vermeer postulam a ela parece provir essencialmente do foco dado (quase exclusivamente) ao fator linguístico da tradução – como já mencionamos, a teoria funcionalista entende a tradução como transferência *intercultural*, como *traslado* de um texto, de uma cultura para a outra. A base para o trabalho do tradutor são textos (e *não* línguas), e textos, para essa teoria, são elementos de uma cultura (e *não* de uma língua). A teoria do escopo considera que a tradução, ademais, não é uma operação entre línguas ou sequer textos, mas uma ação realizada por uma pessoa (o tradutor) intencionalmente e com finalidade, tendo em vista uma situação que envolve outras pessoas (o produtor e o emissor do TF, o iniciador, o público-alvo do TM etc.).

A abordagem funcionalista na verdade parece não discordar essencialmente do fato de que o tradutor age tanto como receptor do TF e como produtor de um TM, e de que isso constitui duas fases (mais ou menos) separadas:

O tradutor/intérprete-enquanto-receptor deveria considerar seus possíveis receptores-meta já durante a recepção do texto-fonte, isto é, perguntar-se o que o texto poderia significar nos possíveis mundos dos receptores? Eu acredito que não. Isso pode ficar de todo modo para uma segunda ou até quarta leitura do texto-fonte, depois que o tradutor tenha recebido o texto primeiramente como receptor, e não como futuro tradutor. (Aqui parece haver diferentes tipos de receptor). Uma coisa ele certamente deve evitar: considerar formulações na língua-meta! Se elas lhe ocorrerem espontaneamente, ele não as deve rechaçar, mas com certeza não as deve buscar nessa fase. Isso afetaria consideravelmente o trabalho de recepção! (VERMEER, 1986, p. 42).

Para a Teoria do Escopo, a translação não pode ser simplesmente um processo de reformulação ou de transcodificação de uma mensagem de uma língua para outra, ou seja, a continuação, em outro código linguístico, de um ato comunicativo, uma vez que o elemento linguístico é apenas uma parte do processo translatório (REIß; VERMEER, 1984, p. 4), que para essa teoria é, mais propriamente, uma transferência (inter)cultural, uma comunicação na língua e cultura-meta *sobre* fenômenos (como o sentido, os efeitos etc.) de uma comunicação na língua e cultura-fonte (REIß; VERMEER, 1984, p. 66). É nesse sentido que Vermeer entende o texto enquanto uma *oferta de informação*, nas palavras de Nord:

... dirigida a um receptor, que selecionará os itens que forem desejáveis e/ou que possam ser utilizados na própria situação culturalmente específica. Portanto, uma translação é uma oferta de informação dirigida a um público da cultura-meta sobre uma outra oferta de informação dirigida a um público da cultura-fonte. Dentro desse quadro referencial, não faz sentido falar em comunicar ‘o’ sentido [*meaning*] ‘do’ texto-fonte ‘na’ translação. O sentido ou a função de um texto não é inerente aos signos linguísticos; não pode ser simplesmente extraído por qualquer pessoa que domine o código. Um texto ganha sentido através de seus receptores; receptores diferentes, e até o mesmo receptor em momentos diferentes pode encontrar sentidos diferentes no mesmo material linguístico de um texto. Portanto, um mesmo texto-fonte pode ter tantas traduções diferentes quanto as possíveis finalidades a serem realizadas pelo texto-meta na cultura-meta (NORD, 2010f, p. 122).

A exemplo da citação acima, Nord recupera e apresenta, em diferentes textos, os conceitos da Teoria do Escopo, pois são esses os conceitos que embasam sua própria teoria de translação. Entre as contribuições que podemos atribuir à sua obra, portanto, é de organizar e elaborar criticamente o trabalho de outros teóricos funcionalistas. A seguir, comentaremos outras contribuições da teoria da autora.

2.2 CHRISTIANE NORD

Nascida em em 1943 em Eberswalde, na Alemanha, Christiane Nord se formou tradutora do espanhol e do inglês pelo Dolmetscher-Institut (“Instituto de Intérpretes”) da Universidade de Heidelberg em 1967, doutorou-se pela Neuphilologische Fakultät (“Faculdade Neofilológica”) da mesma Universidade com um trabalho sobre mudanças no vocabulário de língua espanhola em 1983, sob a orientação do Prof. Dr. Bodo Müller, e obteve sua habilitação (mais alto grau acadêmico na Alemanha e em outros países) em Estudos da Translação Aplicados e Didática da Tradução pela Geisteswissenschaftliche Fakultät (“Faculdade de Letras e Ciências Humanas”) da Universidade de Viena em 1993, com um trabalho sobre a tradução de títulos e subtítulos, orientado pela Prof. Dra. Mary Snell-Hornby. Atuou em diversas universidades da Alemanha, Itália e Áustria até se aposentar em 2005; desde então, tem participado como professora convidada ou visitante em outras universidades da Europa e da Ásia.

A produção teórica de Nord foi influenciada pelos trabalhos de Hans Vermeer, que foi seu colega de formação, e Katharina Reiß, que foi sua professora. Sua primeira contribuição de maior fôlego para o quadro teórico do funcionalismo foi o livro de 1988 *Textanalyse und Übersetzen*, em que a autora propõe um “modelo de análise do TF que possa ser aplicado a todos os tipos de texto e usado em qualquer tarefa de tradução que possa surgir”, e que

possibilite ao tradutor “entender a função dos elementos ou características observadas no conteúdo e na estrutura do texto fonte” (NORD, 2016a, p. 16).

Nord refina a crítica de Vermeer ao modelo de duas fases (recepção do TF e produção do TM) enquanto representação do processo tradutório, apontando que este “sugere indevidamente que competência receptiva no idioma fonte e competência produtiva na língua alvo são tudo o que um tradutor precisa” (2016a, p. 66). O modelo de três fases, variação do modelo anterior, postula as mesmas duas fases intercaladas por uma fase de “transferência”; tem a vantagem de levar em conta a competência tradutória, a capacidade de “desenvolver uma espécie de plano ou estratégia tradutória” (2016a, p. 67), passo necessário entre recepção e re-produção. O problema com esse modelo é que se considere a tradução como uma comunicação entre o autor do TF e o receptor do TM, embora o primeiro na verdade nunca tenha concebido sua mensagem para o segundo.

A abordagem funcionalista entende a tradução como dois atos comunicativos, relacionados, mas que diferem em situação e, frequentemente, nas suas funções. Nord explica essa faceta do processo a partir da noção de oferta de informação (REIß; VERMEER, 1984, p. 33): a tradução, enquanto ato comunicativo secundário, “informa” o leitor sobre um ato comunicativo primário. Nord questiona, além disso, a suposição de que a tradução se dê em fases que se sucedem em uma cronologia linear e propõe que a tradução é, mais propriamente, “um processo circular e recursivo que inclui um número indeterminado de retroalimentações e em que é possível, e até mesmo aconselhável, voltar a fases anteriores da análise” (2016a, p. 65). Para Nord, o processo de tradução “contém uma série de pequenos movimentos circulares” que levam do TF ao TM e de volta, o que “significa que a cada passo adiante o tradutor ‘olha para trás’, para os fatores já analisados, e cada conhecimento adquirido no transcurso do processo [...] pode ser confirmado ou corrigido com base em ‘descobertas’ posteriores” (2016a, p. 72).

Entre as demais contribuições de Nord, é preciso destacar o conceito de *lealdade*, apresentado em Nord (2016a, 2016b) e retomado em SLK ([1991] 2010c). Esse conceito visa a preencher uma lacuna na Teoria do Escopo ao tratar do problema da questão ética da tradução e da escolha de um escopo adequado para um dado TM. Como coloca Jeremy Munday (2014, p. 76): “se o foco é deslocado para a finalidade do texto-meta, quer dizer então que a relação com o texto-fonte é irrelevante? Será que tudo é aceitável, desde que a tradução atinja sua finalidade geral?” (cf. também MUNDAY, 2016, p. 128). Para Nord, no entanto, nem todo escopo é justificado ou razoável. O conceito de lealdade na tradução designa um princípio ético

que guia a relação do tradutor com os participantes de uma comunicação intercultural: o tradutor deve respeito perante o autor do TF e perante o receptor do TM (NORD, 2010c (SLK), p. 32). Estes, via de regra, não têm uma língua em comum, na qual possam se comunicar, razão pela qual necessitam de uma tradução (ou interpretação); no entanto, eles “são obrigados a confiar no tradutor” (ou intérprete), pois eles próprios não podem avaliar se a translação realizada corresponde às suas expectativas.

Além disso, existem convenções específicas de cada cultura que dirão quais são os escopos possíveis para um traslado – por exemplo, atualmente em nossa cultura, existe a expectativa de que traduções literárias mantenham (ou busquem manter) um efeito de estranhamento ao reproduzir um texto de uma cultura estranha ao leitor (cf. NORD, 2010c (SLK), p. 39). Isso é o que Nord chama de convenções translatórias. Assim como as demais convenções, elas não são ditas explicitamente, nem são obrigatórias (2010c (SLK) p. 34). Se, ao traduzir, o tradutor contrariar as expectativas do autor do TF e dos leitores (e do solicitante da tradução) – por exemplo, se imaginarmos um caso extremo, se o tradutor substituir a opinião do autor por sua própria – ele não estará sujeito a nenhuma punição; porém, estará “enganando” todas as pessoas envolvidas, sem que elas possam se inteirar disso (2010c (SLK), p. 32). Nord (2016a, p. 62) afirma que se deve “exigir uma compatibilidade entre a intenção do emissor do TF e a função do TA⁹ para que a tradução seja viável”, e que a tradução depende “da compatibilidade do escopo do TA com o texto fonte”. Tendo em vista isso, a lealdade é entendida como a responsabilidade do tradutor perante as partes envolvidas na comunicação intercultural.

... independentemente do encargo de tradução, o tradutor deve levar em conta os conceitos de translação das duas culturas envolvidas, já que eles influenciam ou até determinam as expectativas dos participantes da comunicação. No entanto, “levar em conta” não significa simplesmente fazer aquilo que os outros esperam; lealdade também pode significar justamente romper com certas convenções – nesse caso, o tradutor ou intérprete deve agir justamente e informar as partes envolvidas daquilo que fez e das razões para tal. (NORD, 2010c (SLK), p. 32).

Nord não chega a indicar, porém, em quais casos romper com as convenções seria a atitude mais “leal”. Não obstante, sua contribuição, ao acrescentar o conceito de lealdade à teoria funcionalista, vai no sentido de provê-la de um parâmetro ético. O conceito pode defender

⁹ = “Texto alvo”

a teoria, por exemplo, da acusação de aceitar o papel do tradutor como “mercenário”, que acata qualquer escopo colocado pelo encargo de tradução (cf. SCHÄFFNER, 2011, p. 121), mesmo que contrarie, “falsifique” as intenções do autor do TF. A teoria funcionalista não é uma teoria normativa, que diz *como* se deve traduzir – inclusive enfatiza que um mesmo TF pode ter diferentes traduções, com propósitos diferentes. Ela propõe que é justamente esse propósito, ou escopo, do TM, sua função comunicativa na situação-meta, aquilo que determinará como o tradutor ou intérprete deve produzir o translado. Nord busca criar um aparato teórico para determinar quais escopo se adequam ao TF, e faz isso de maneira coerente com a Teoria do Escopo: levando em conta fatores culturais da cultura-fonte e da cultura-meta.

Entre outras preocupações teóricas de Nord, cabe mencionar primeiramente a análise textual voltada à tradução, que deve “garantir a plena compreensão e interpretação correta do texto”, explicar “suas estruturas linguísticas e textuais e sua relação com o sistema e as normas da língua fonte”, e além disso “fornecer uma base confiável para qualquer decisão tomada pelo tradutor” (NORD, 2016a, p. 15-6). Em segundo lugar, uma questão recorrente em grande parte de seus textos é a formação de tradutores e a aplicação didática da teoria (cf. NORD, 2016a, Cap. 4; 2010c (SLK), p. 45 et seq.; 2010a, Cap. 3). Os escritos de Nord sobre esse aspecto costumam contar com a sua vasta experiência na formação de tradutores no ensino superior. Embora mencione a análise textual voltada à tradução e a didática da tradução, faço-o pela sua importância para a obra da autora, mas não me deterei aqui por não serem diretamente relevantes para este trabalho.

2.3 O TEXTO-FONTE: “SKOPOS, LOYALITÄT UND KONVENTIONEN IN DER ÜBERSETZUNG”

O texto-fonte da tradução aqui proposta foi publicado originalmente com o nome “Scopos, Loyalty and Translational Conventions” na revista *Target* (n. 3, v. 1, 1991, p. 91-109) publicada pela editora John Benjamins. No entanto, a edição que serviu de base para esta tradução foi a tradução para o alemão realizada pela própria autora, publicada com o nome “Skopos, Loyalität und Konventionen in der Übersetzung”, no livro *Funktionsgerechtigkeit und Loyalität* (NORD, 2010a). O livro consiste numa seleção de 18 textos, escritos por Nord entre 1986 e 2007, que a autora considerou como sendo mais característicos de sua pesquisa acadêmica e reuniu com a finalidade de “obter uma visão geral das ‘pontas soltas’ que se acumularam ao longo dos anos, à espera de serem tecidas em uma ‘peça’ nova (ou várias)” (2010a, p. 7). O livro se divide em três partes: a primeira (onde se encontra SLK) trata da teoria funcionalista da tradução; a segunda, de sua metodologia; a terceira, da sua aplicação didática.

Ainda segundo a autora (2010a, p. 7), a obra documenta o desenrolar do trabalho de pesquisa e dos enfoques dados pela teoria funcionalista dos Estudos de Tradução ao longo dessas três décadas. Orienta-se, portanto (embora não exclusivamente) àqueles que não tiveram contato direto com essa vertente teórica, mas que mesmo assim gostariam de ler, de uma fonte direta, sobre “como tudo começou”. Para esta edição, a autora traduziu para o alemão os textos que haviam sido escritos em inglês, revisou o estilo (por exemplo, adaptou-os a uma linguagem inclusiva), mas manteve a perspectiva teórica original, sem atualizá-la, para manter o aspecto documental da coletânea. SLK apresenta traços da linguagem inclusiva defendida por Nord: a autora se vale de recursos de explicitação de ambos os gêneros, rejeitando o masculino genérico, e quando fala de situações genéricas ou hipotéticas (e.g. “o tradutor pode sempre...”), alterna o gênero desse sujeito genérico, ora feminino, ora masculino. Essas estratégias serão discutidas em maior detalhe em 4.3.

O texto-fonte é um artigo acadêmico que apresenta e relaciona os conceitos enunciados no título: escopo, lealdade e convenções tradutórias. Como já vimos, escopo é um conceito estabelecido pela Teoria do Escopo de Vermeer (1978; cf. também REIß; VERMEER 1984) que se refere à *finalidade* de um texto (em geral do TM de uma translação), e nessa teoria esta finalidade é colocada como parâmetro de decisão; já a *lealdade* é um conceito desenvolvido por Nord (2016a; 2010c (SLK)) que designa a relação ética do tradutor com as demais pessoas envolvidas na situação de translação – autor do TF, solicitante da tradução, leitor do TM. Especificamente, cada uma das partes envolvidas vai ter expectativas em relação à tradução ou interpretação, determinadas pelas convenções (tradutórias e comunicativas, textuais) vigentes especificamente em sua cultura e em sua época; a lealdade do tradutor é a única garantia de que ele seguirá essas expectativas – e de que ele informará todos quando não as seguir.

Convenções, segundo Nord (2010c (SLK), p. 34-5), se situam hierarquicamente abaixo de outras formas de regulamento da ação, como regras e normas. Ao contrário destas, as convenções geralmente são implícitas, e o não cumprimento de convenções não acarreta punição, embora possa ter consequências para o *status* social de quem não as cumpre. Nord define as convenções, baseando-se em David K. Lewis, como

uma maneira de resolver problemas de coordenação recorrendo a experiências prévias, aproveitando o saber comum sobre formas de agir que contribuíram positivamente para resolver problemas do mesmo tipo em situações anteriores análogas (cf. Lewis, 1969, 41) (NORD, 2010c (SLK), p. 33).

Dado que a translação é uma forma de ação, de comportamento, também está sujeita a convenções; ademais, enquanto comportamento comunicativo, a translação está sujeita às mesmas convenções que geralmente se aplicam a esse tipo específico de comportamento: regras gramaticais, normas estilísticas, convenções textuais e pragmáticas de gênero etc.

A seguir (2010c (SLK), p. 37 et seq.), Nord se apoia nos conceitos de Searle (1981) de *regras normativas* e *regras constitutivas* para distinguir convenções (tradutórias) normativas e constitutivas. Convenções tradutórias normativas “tratam das formas amplamente aceitas de resolver problemas de translação dentro do âmbito do texto” (2010c (SLK), p. 38), isto é, elas preveem *como* se deve traduzir. As convenções tradutórias constitutivas, por outro lado, “determinam o que uma cultura aceitará como tradução e interpretação”, isto é, preveem *o que* é tradução e interpretação para a cultura em questão.

Mais adiante, Nord analisa e contrasta trechos de três traduções de *Alice in Wonderland*, de Lewis Carroll (1865) para o alemão, a fim de observar como diferentes tradutores alemães agiram em relação a certas convenções tradutórias – especificamente aquelas relativas à tradução de literatura infanto-juvenil. A análise se baseia nas características da edição e, no caso de uma das traduções, no prólogo do tradutor Christian Enzensberger, para estipular qual era o público de cada tradução e a quais convenções elas (supostamente) buscam se adequar. No entanto, as convenções tradutórias que fundamentam a discussão são supostas, aparentemente, a partir do senso comum, sem receber nenhum embasamento “concreto” ou exterior, por exemplo quando Nord (2010c (SLK), p. 40) supõe que a convenção para traduções de literatura infanto-juvenil seja converter unidades de medida ou adaptar nomes. O próprio texto, porém, não deixa de relativizar a validade dessas suposições.

A autora trata em seguida justamente do problema de identificar convenções translatórias (NORD, 2010c (SLK), p. 41-5). Para isso, traz dois exemplos que explicitam convenções tradutórias normativas de outras culturas e outras épocas (como as da Espanha do século XVI), para que o leitor possa contrastá-las com as convenções da própria cultura. A seguir, aponta diferentes abordagens possíveis para identificar convenções – em outras palavras, possíveis *corpora* a serem analisados para esse fim: traduções existentes; críticas de tradução; considerações teóricas de profissionais e teóricos da tradução; reações de leitores leigos; cotejos multilíngues de traduções. Um problema recorrente na análise desses *corpora* é determinar, num dado texto sobre uma tradução, o que são opiniões individuais e o que são convenções. Nord (2010c (SLK), p. 45-6) aponta que talvez seja necessário combinar algumas ou todas essas abordagens para chegar a uma conclusão sobre as convenções de uma dada cultura.

A autora encerra o artigo com considerações e possibilidades de aplicação didática da temática abordada. Nord sugere alguns “truques” (2010c (SLK), p. 46), como fornecer à aprendiz de tradução um “encargo de tradução” didático, para contornar a vagueza das convenções da cultura-meta enquanto parâmetro de adequação do TM; outro truque é um exercício em que a aprendiz que já tem mais intimidade com as convenções de sua cultura deve realizar uma tradução que rompa com elas.

No contexto do livro *Funktionsgerechtigkeit und Loyalität* (NORD, 2010a), SLK está inserido dentro de uma progressão temática que Nord estabelece entre os diversos textos ali compilados. É o segundo texto da primeira parte (*Theorie des funktionalen Übersetzens*, em português: “Teoria da tradução funcional”), precedido pelo texto *Loyalität statt Treue: Vorschläge zu einer funktionalen Übersetzungstypologie*, ou seja, SLK parte de um ponto do livro onde o conceito de lealdade já foi introduzido, ainda que sob uma perspectiva diferente. Um indicativo desse esforço de organização é o comentário da autora na introdução: “[os] artigos foram, em alguns casos, abreviados ou resumidos a fim de evitar repetições – porém, essas alterações são sempre explicitadas” (2010a, p. 8). Muitos dos textos desse volume discutem até expandem temas e conceitos tratados nas obras maiores da autora, como já mencionei acima sobre a lealdade. Se o livro fosse ser traduzido na íntegra, esse é um aspecto que seria necessário levar em consideração.

Utilizando a tipologia de funções textuais de Nord (2001, p. 40), é possível associar ao texto a função *referencial*, que envolve “a referência aos objetos e fenômenos do mundo ou de um mundo específico, talvez até fictício”. O próprio gênero artigo acadêmico já prevê uma prevalência dessa função, ainda que ela possa ser relativizada de acordo com cada área de estudos. Porém, como aponta Reiß (2014, p. 25), os textos podem ter *uma* função comunicativa predominante, mas normalmente apresentarão uma combinação de diferentes funções, sendo que um trecho pode servir apenas a uma função específica. Podemos dizer, então, que em SLK predomina a função referencial. Especificamente, a função comunicativa do texto é informar o público sobre as reflexões teóricas de Christiane Nord e, numa subfunção, sobre as teorias em que a autora se apoia.

Esses foram os pontos principais de análise para o TF. Certamente outros seriam possíveis, pois um texto sempre se presta a um número indeterminado de leituras. No entanto, procurei ressaltar o que de mais relevante havia para a perspectiva tradutória adotada, que será apresentada no projeto de tradução a seguir.

3. PROPOSTA DE TRADUÇÃO DE “SKOPOS, LOYALITÄT UND KONVENTIONEN IN DER ÜBERSETZUNG“

Nesse capítulo, discutirei o projeto de tradução que guiou meu processo tradutório. O projeto de tradução remeterá aos conceitos teóricos discutidos nas seções 2.1 e 2.2, bem como à análise do texto-fonte feita na seção 2.3, e buscará atribuir ao texto-meta seu escopo, isto é, sua finalidade, incluindo as funções que deve cumprir para o público.

Embora seja cogitada a posterior submissão do artigo à publicação em algum meio de publicação acadêmica, o escopo do TM foi estabelecido por mim, isto é: enquanto tradutor, agi também como iniciador do processo de tradução, estabelecendo para mim mesmo um “encargo de tradução” (cf. NORD, 2016a, p. 27-8). Decisões quanto à forma e conteúdo (por exemplo, nas notas de tradução) poderão variar de acordo com o meio de publicação, se for o caso posteriormente.

Para essa discussão, me servirei, além das funções textuais descritas por Nord, dos conceitos de *tradução documental* e *tradução instrumental* (NORD, 2016b). Próxima do entendimento de tradução enquanto oferta de informação sobre outra oferta de informação (REIß; VERMEER, 1984), a tradução documental “tem a função de documentar uma ação comunicativa, que ocorre em uma cultura A submetida a determinadas condições situacionais, e levar ao receptor meta certos aspectos da ação comunicativa precedente” (NORD, 2016b, p. 16). Já na tradução instrumental, “o *translato* atua, em uma nova ação comunicativa na cultura de chegada, como ‘instrumento’ para alcançar um objetivo comunicativo” (NORD, 2016b, p. 19), sem que o público-meta tenha necessariamente consciência de que não está lendo um texto “primeiro”, mas sim uma tradução. Nord não coloca esses dois tipos como categorias absolutas e estanques, mas situa-os como pontos opostos num espectro de diversos tipos de tradução (ou estratégias, embora a autora não empregue esse termo) distinguidos pela quantidade e qualidade de adaptação (2016b, p. 21). Cada extremo desse espectro tende para além do que normalmente se entende como tradução: de um lado, a transcrição (reprodução gráfica idêntica), de outro, a versão (em que se cria um texto com efeito e funções incompatíveis com as do TF; 2016b, p. 22).

O escopo proposto buscará o tipo de tradução que Nord que denomina *tradução equifuncional*, um subtipo da tradução instrumental, no qual “o TC [texto de chegada], em uma situação semelhante, pode realmente ser o mesmo instrumento e, com ele, o mesmo objetivo comunicativo do TP [texto de partida] pode e deve ser atingido” (2016b, p. 19). No espectro

descrito por Nord, a tradução equifuncional se situa bastante próxima à tradução documental. Também se aproxima do que Reiß e Vermeer (1984, p. 52) denominam “função constante” (*Funktionskonstanz*; cf. VERMEER, 1986, p. 46), o que significa que a função ou as funções do TM devem ser equivalentes ou análogas às do TF. Vale ressaltar que, no meu entendimento, semelhantemente às funções textuais, os tipos de tradução de Nord são fluidos, e não meramente graduais: uma tradução instrumental pode conter traços de uma tradução (ou uma estratégia de tradução) documental. De todo modo, se isso ocorrer, deve-se levar em conta a coerência intratextual.

O TF, como já vimos, é um artigo acadêmico, isto é, pertence a um gênero onde predomina a função referencial (cf. NORD 2001, p. 40); uma vez que me proponho a reproduzir no TM a função do TF, a manutenção da função referencial terá prioridade de modo geral, enquanto função comunicativa global. Demais funções presentes em trechos individuais do texto deverão preferencialmente ser reproduzidas, mas a função referencial é hierarquicamente mais importante e por isso recebe prioridade.

O público-alvo do TM, é composto de falantes de português brasileiro com certa formação (acadêmica) e algum conhecimento sobre linguística, teoria e prática de tradução; incluirá leitores não familiarizados com a Teoria do Escopo, mas também leitores que já conhecem essa e outras teorias funcionalistas. Trata-se de um análogo do público-fonte. O funcionalismo encontra já alguma recepção acadêmica no Brasil – talvez mais frequentemente na forma de trabalhos em que a teoria é aplicada, como a presente monografia, do que em trabalhos essencialmente teóricos. Resulta disso que já existem correspondências (mais ou menos bem estabelecidas) para os termos dessa teoria em português brasileiro. A tradução deverá levar em conta o desenvolvimento dessa terminologia, a fim de que o TM estabeleça as devidas relações intertextuais, isto é, se situe como um texto funcionalista na cultura-meta. Essas considerações, aliadas à busca de adequação ao gênero artigo acadêmico, devem guiar as decisões relativas ao registro e à escolha lexical e terminológica do TM.

4 COMENTÁRIOS SOBRE A TRADUÇÃO

Neste capítulo, apresentarei meus comentários sobre a tradução aqui apresentada. A primeira leitura do texto-fonte foi realizada já em fevereiro de 2016. A tradução se deu entre abril e maio de 2017, e foi discutida e revisada continuamente ao longo da escrita deste trabalho. As decisões tradutórias foram tomadas de maneira semelhante à descrição de Nord (2016a, p. 66 et seq.) do processo tradutório: à medida em que traduzia e lia trechos do texto-fonte, fui adequando as decisões em função do conhecimento adquirido pela leitura do próprio texto – bem como de textos teóricos que contribuíram para minha reflexão sobre tradução e sobre essa tradução especificamente. A tradução não procedeu, assim, em fases cronologicamente separadas, e.g., análise do texto-fonte, seguida de transferência, seguida de produção do texto-meta. A análise e a transferência se deram durante e em função da produção, e as três partes do processo se ampararam mutuamente. Algumas decisões tradutórias só foram tomadas ao final da tradução, como por exemplo a substituição dos exemplos de tradução, que exigiu extensa pesquisa e reflexão, como discutirei mais adiante.

Por uma questão de escopo, não me proponho a discutir todos os problemas encontrados na tradução, mas apenas os que considero mais relevantes para o meu ponto de vista. A noção de problema de tradução parte da definição de Nord (2010d, p. 117), segundo a qual “‘problemas de tradução’ são tarefas que precisam ser resolvidas ao traduzir, quando é preciso ou desejado ‘traduzir’ um TF como um TM apropriado a uma determinada função-meta”. O problema de tradução se distingue da dificuldade de tradução, definida como elemento ou componente do processo de tradução que exige muito esforço do tradutor (NORD, 2010d, p. 121). Problemas de tradução são definidos objetivamente e provêm de fatores ou componentes do processo de tradução, enquanto as dificuldades são específicas de cada tradutor, dependem das suas competências, e surgem ao lidar com uma tradução a ser feita. Um problema de tradução não deixa de o ser, independentemente da competência tradutória.

Os problemas na tradução de SLK serão apresentados em três categorias. Primeiramente tratarei dos problemas terminológicos (4.1), decorrentes das características da terminologia funcionalista e da inexistência de termos equivalentes estabelecidos em português brasileiro. A seguir discutirei os problemas relativos a exemplos (4.2), com foco nos *exemplos de tradução* (EXTs), cuja resolução é especialmente complexa e que, como mencionei no Capítulo 1, foram uma das motivações para este trabalho. As primeiras duas seções são generalizáveis para o gênero textual e para a área em que se insere o TF. Por fim, falarei sobre questões da linguagem

inclusiva (2.3), componente discursivo dos textos de Christiane Nord, que se relaciona, ao mesmo tempo, com especificidades desse discurso na cultura alemã.

4.1 PROBLEMAS TERMINOLÓGICOS

Nord se baseia profundamente na teoria de Reiß e Vermeer (1984), aproveitando dessa muitos conceitos e termos. Retomando parte da seção 2.1, discutirei brevemente a terminologia desses autores, por ser particularmente recorrente no artigo aqui traduzido e, como veremos a seguir, um tanto problemática. Outros autores associados à abordagem funcionalista em tradução também se fazem presentes no texto de Nord, como Holz Mänttari e Snell-Hornby, além de outros que proporcionaram a base para o funcionalismo. Quando conceitua e discute as convenções, Nord se refere também a conceitos do linguista John Searle e do filósofo David K. Lewis.

Convirá apresentar brevemente o conceito de *neologismo*, pois entrará em jogo na a discussão que segue. Para tal, me referirei à revisão teórica trazida por Reuillard (2007). Alves (2006, p. 132; apud REUILLARD, 2007, p. 40) define neologismo como “uma nova forma, uma nova acepção atribuída a uma unidade lexical ou um estrangeirismo recebido de uma outra língua”; podemos associar a essa citação uma classificação mais simples que a de Alves – a de Boulanger (1979, p. 66; apud REUILLARD, 2007, p. 38): neologismos de *forma*, de *sentido* e de *empréstimo*.

Em termos da função do neologismo, “Guilbert (1975, p. 40) distingue três tipos de criação lexical: neologia denominativa, neologia estilística e neologia de língua” (REUILLARD, 2007, p. 36). Para a discussão a seguir interessa sobretudo o primeiro tipo, aquele que “tange à necessidade de nomear um objeto, um novo conceito e visa à exata adequação do nome ao objeto ou conceito, buscando evitar qualquer ambiguidade na designação”. Ademais, segundo Correia (1998, p. 63, apud CAVACO-CRUZ, 2014, p. 64), os neologismos apresentam três tipos de novidade: formal (quando o significante é novo), semântica (quando é associado um novo significado a um significante) e pragmática (quando uma palavra é passada de um dado registro da língua para outro).

Reiß e Vermeer (1984, p. 6-17) comentam a terminologia que empregam: primeiramente, justificam o uso de *Translation* (“translação”, termo que abrange os conceitos de tradução e interpretação) por entender que as reflexões que fazem são pertinentes a ambas as atividades. Os autores citam as palavras de Nida (1977, p. 214, apud REIß; VERMEER, 1984, p. 17): “aplicam-se essencialmente os mesmos princípios básicos, e qualquer teoria unificada da

comunicação interlingual deve levar em consideração as semelhanças essenciais, bem como as diferenças”.

Os autores defendem que neologismos baseados em estrangeirismos¹⁰ (como, em alemão, *Translation* e *Skopos*, respectivamente palavras de origem latina (via inglês) e grega) ou formações “híbridas” (que unem elementos morfológicos nativos e estrangeiros, como [*Translation*]+[s]+[*theorie*]) são úteis por “trazerem menos conotações provenientes da língua coloquial” (1984, p. 6) do que palavras nativas. O estrangeirismo como termo técnico ainda facilitaria a internacionalização e a formação de palavras novas por derivação (REIß; VERMEER, 1984, p. 8). Assim, a partir do termo *Translation*, forma-se os termos *Translat* [translado], isto é, o resultado de uma translação, seja texto escrito ou fala, *Translationstheorie* [teoria da translação], *Translator* ([translador], [tradutor/intérprete]), etc. Porém, os autores apontam uma lacuna: não é possível formar um verbo genérico para traduzir e interpretar (**translieren*). Em português não existe a mesma lacuna: o verbo *transladar* é atestado na versão eletrônica do dicionário Houaiss (2009), assim como o substantivo *translador*. São palavras pouco usuais, mas que podem servir como tradução para esses termos, pelo processo que Boulanger denomina neologia de sentido, e (CABRÉ 1999, p. 207 emprega “neologia semântica”), ou seja o significante passa a ser empregado com um significado mais restrito com uma definição controlada.

Há uma certa contradição nas afirmações de Reiß e Vermeer referidas acima. Como podem termos baseados em estrangeirismos ao mesmo tempo evitar associações conotativas da coloquialidade e facilitar sua internacionalização, se justamente a palavra *Translation*, por exemplo, tem a mesma forma escrita que a palavra inglesa para *tradução*, e que inglês está repleta de conotações da língua coloquial? O fato de um termo não poder ser usado como estrangeirismo na língua inglesa é um claro obstáculo para sua internacionalização. Na verdade, as afirmações dos autores talvez se apliquem melhor ao uso de *Skopos* do que de *Translation*, e dificilmente podem ser generalizadas a neologismos terminológicos por estrangeirismo de modo geral.

¹⁰ É preciso notar que a palavra alemã *Fremdwort*, embora seja traduzida normalmente como “estrangeirismo”, tem um uso consideravelmente mais amplo. Na língua coloquial, *Fremdwörter* podem designar estrangeirismos propriamente ditos, mas também palavras que são percebidas como estrangeiras (ou mesmo estranhas). Assim, aquilo que é percebido como um *Fremdwort* pode variar de acordo com a formação, condição social e profissão de cada falante (DOSE, 1990). No entanto, Reiß e Vermeer provavelmente empregam *Fremdwort* para se referir a uma noção mais técnica, como a de “estrangeirismo” em português.

A terminologia funcionalista em língua alemã apresenta algumas falsas sinonímias: certos termos próximos podem remeter a um mesmo referente, cada um enfatizando um aspecto específico, observando-o de uma perspectiva diferente. É o caso, por exemplo, dos termos *Empfänger*, *Rezipient* e *Adressat*, todos referentes ao receptor de um texto. O primeiro é formado a partir do verbo alemão *empfangen* [receber], ao passo que *Rezipient* é um estrangeirismo (um *Fremdwort*) formado a partir do verbo *rezipieren* [receber] e parece ser sinônimo de *Empfänger*, embora talvez remeta mais ao conceito de recepção segundo os Estudos do Texto. Ambos os termos podem ser traduzidos como “receptor”. Já *Adressat* [destinatário] enfatiza o fato de que a pessoa em questão é a quem o texto se dirige (“se endereça”, por assim dizer). A tradução deste último já está bem estabelecida, como veremos a seguir.

Semelhantemente, Reiß e Vermeer (1984, p. 96) apontam o fato de usarem o termo *Skopos* geralmente de maneira sinônima a *Funktion* [função], *Zweck* [finalidade] e *Ziel* [objetivo]. Esses conceitos parecem estar em uma relação semelhante à dos três termos mencionado acima, pois referem-se (aproximadamente) ao mesmo conceito, cada um enfatizando um aspecto específico. No entanto, como aponta Pym (2010, p. 45), é no mínimo curioso que Vermeer não se atenha mais ao conceito que ele mesmo propõe, escopo, e varie tanto o emprego deste com outros, especialmente visto que o autor muitas vezes expõe críticas em relação a inconsistências terminológicas. A intenção talvez fosse recorrer a termos mais familiares ao público alemão; mas, nesse caso, qual a necessidade do termo grego? Entre outras críticas, Schäffner (2009) afirma:

O próprio termo escopo é criticado por ser amplo demais, visto que pode se referir ao processo tradutório (sendo, então, o propósito desse processo), ao resultado da tradução (a função do translado), ou ao modo de tradução (a intenção desse modo). Para Vermeer, “intenção, escopo e função são conceitos atribuídos individualmente (pelo produtor, pelo emissor, pelo iniciador, pelo tradutor e pelo receptor)”, e se eles coincidem, é porque se referem “à mesma coisa vista de perspectivas diferentes” (Vermeer, 1996). (SCHÄFFNER, 2009, p. 120).

Isso pode se resolver com o seguinte trecho de Nord (2016a), onde a autora estabelece a relação entre os termos *intenção*, *propósito*, *função* e *efeito* de maneira bastante clara:

Bühler [1984], por exemplo, relaciona a “intenção do autor” ao “propósito e efeito”. Em nosso entender, no entanto, os três conceitos são três pontos de vista diferentes acerca do mesmo aspecto de comunicação. A **intenção** é definida do ponto de vista

do emissor, que quer atingir certo propósito com o texto. Mas a melhor das intenções não garante que o resultado estará em conformidade com o propósito pretendido. É o receptor que “completa” a ação comunicativa pela recepção, ou seja, usando o texto em certa **função** [...] A questão “o que o emissor visa com o texto?” *não* pode, então, ser atribuída à função do texto, como feito por Wilss [1977], mas pertence à dimensão da **intenção**.

A **função** do texto é definida “desde fora”, antes que o receptor tenha possibilidade de lê-lo, enquanto o **efeito** que o texto tem sobre o receptor só pode ser avaliado após sua recepção. É, por assim dizer, o resultado da recepção que abrange tanto os fatores extra como intratextuais. (NORD, 2016a, p. 91, grifo meu).

De todo modo, nenhum desses termos levanta grandes problemas de tradução se considerarmos que são conceitos próximos, mas que representam diferentes perspectivas sobre o mesmo objeto. Assim, os respectivos termos merecem ser traduzidos considerando essa diferença. A tradução adotada para o termo *Skopos* ainda apresenta certa flutuação, como veremos a seguir.

Quanto ao termo *Translation*, parece que tanto Reiß e Vermeer (1984) quanto Nord (2010a) geralmente o empregam de maneira pouco rigorosa. Por vezes parece desnecessário utilizar esse hiperônimo em uma discussão que trata da tradução, utiliza apenas exemplos da tradução e se aplica, a princípio, apenas a ela. Evidentemente o estudo de interpretação tem muito a aproveitar de textos sobre tradução, e vice-versa. Isso não significa, a meu ver, que preferir o uso do hiperônimo necessariamente torne o texto mais acessível a quem busca aproveitá-lo para a interpretação. Considero menos vantajoso, por exemplo, que se use *Translation* ou “translação” em um texto que traga reflexões sobre a tradução que *não* sejam pertinentes ou aplicáveis à interpretação (como a transliteração, o tratamento de referências, o processo tradutório etc.).

Nord alterna por vezes *Translation* e *Übersetzung* [tradução], *Translator* [tradutor] (i.e., “tradutor e/ou intérprete”) e *Übersetzer* [tradutor], numa mesma frase, sem que a referência explícita a uma maior ou menor abrangência pareça necessária. É o caso do trecho abaixo:

Der *Skopos* für einen bestimmten **Übersetzungs**prozess wird vom **Translator** entsprechend dem vom Auftraggeber erteilten „**Übersetzungsauftrag**“ festgelegt, welcher als Initiator den **Translations**prozess in Gang setzt. Auch wenn dieser Auftrag in der Praxis vielleicht nicht besonders ausführlich ist, sollte er dem **Translator** [...] die nötigen Informationen [...] liefern. (NORD, 2010c (SLK), p. 31, grifo meu).

A autora se refere primeiramente de maneira específica a um processo *tradutório* (*Übersetzungsprozess*), que é realizado a partir de um encargo de *tradução* (*Übersetzungsauftrag*) por um *Translator* – e não por um *Übersetzer*. Esse tipo de variação já não ocorre em um trecho da página seguinte:

Von einem Text, der als „**Übersetzung**“ markiert ist, erwartet man üblicherweise, dass er den gängigen kulturspezifischen Standards für **Übersetzungen** entspricht [...]. Wenn also die Empfänger irrtümlicherweise annehmen, dass die im Zieltext geäußerte Meinung die der Verfasserin ist, werden sie nie herausfinden, dass es sich in Wirklichkeit um die persönliche Meinung des **Übersetzers** handelt. (NORD, 2010c (SLK), p. 32, grifo meu).

Aqui o texto é mais “consistente”, pois ao falar de um texto (escrito) que é marcado como tradução, a denominação usada para o profissional é *Übersetzer*, em lugar do mais genérico *Translator*. Considerando que a primeira citação contém uma alternância entre termos problemática (possivelmente devida a um deslize da autora, ou a uma opção de estilo, uso dos dois termos como sinônimos para evitar repetição), que interfere na clareza da redação, optei por traduzir o parágrafo como apresentado abaixo, unindo a referência separada a um *tradutor* e a um *translador* apenas na figura do primeiro, pois, até onde foi possível delimitar, é especificamente de tradução que trata o trecho:

O escopo de um dado processo **tradutório** é determinado pelo **tradutor** de acordo com o “encargo de tradução” dado pelo solicitante, que age como iniciador e desencadeia o processo tradutório (cf. Nord [1988] 2009, p. 8 et seq.). Mesmo quando na prática esse encargo não for muito detalhado, ele deve poder fornecer ao **tradutor** (explícita ou implicitamente) as informações necessárias sobre a situação prevista de uso do TM [...]. (NORD, 2010c (SLK), p. 32. Tradução minha)

Para traduzir o termo alemão *Skopos*, poderia ser aplicada a reflexão de Reiß e Vermeer sobre o uso de estrangeirismos como termos (1984, p. 6), segundo a qual o termo poderia ser traduzido para o português brasileiro como “*skopos*”. No entanto, como veremos em seguida, a maioria dos textos produzidos em português que se baseiam na teoria funcionalista, bem como traduções de textos dela (cf. BRAGA, 2016; ROSAS, 2003) parecem empregar a palavra “escopo”. Embora *escopo* tenha uma acepção semelhante ao conceito de *Skopos* estabelecido pelos autores, i.e., “intenção, objetivo” (HOUAISS, 2009; o dicionário ainda traz “propósito” como sinônimo), essa forma também pode produzir sentidos conotativos não desejáveis, como na acepção “espaço ou oportunidade para um movimento, atividade ou pensamento

desimpedido” (cf. o uso de “escopo” em trabalhos acadêmicos). A forma *skopos* traria a vantagem de afastar a possibilidade de evocar associações no público brasileiro, sendo assim mais apta a manter um sentido “controlado”. Porém, o fato de que o termo *escopo* e o sintagma *Teoria do Escopo* já têm uma relativa consolidação na literatura especializada em língua portuguesa aponta para a maior adequação da forma *escopo*, pois já é reconhecida como termo.

Na literatura de Estudos de Tradução no Brasil, existem termos sinônimos para designar o que venho chamando de *texto-fonte* e *texto-meta*. O mesmo vale para os termos *língua-fonte* e *língua-meta*, *situação-fonte* e *situação-meta* etc., junto com as respectivas siglas (*LF* e *LM*, *SF* e *SM* etc.). Trata-se de pares paralelos mais ou menos estáveis: o uso de *fonte* (precedido ou não de hífen) normalmente forma um par ou com *alvo*, ou com *meta*. Já a forma *texto de partida* normalmente acompanha *texto de chegada*. Esse par às vezes é alternado com o par *texto original* e *texto traduzido* ou *tradução*, sendo que esse parece ser o par menos estável. Essa variação terminológica representa um problema para quem traduz (ou escreve) um texto dessa área, e é preciso determinar um parâmetro para a escolha da variante adequada.

Algumas considerações práticas, na questão de adequação formal, podem ser feitas sobre essas variantes. O termo *texto traduzido* é ambíguo, podendo se referir tanto ao TF quanto ao TM, a menos que seja definido explicitamente como o texto resultante do processo de tradução. A oposição *original* – *tradução* é igualmente ambígua, pois o segundo termo também pode se referir ao processo de modo geral – isso sem mencionar a discussão em torno do que seria “original”, e se afinal a tradução também não seria “original”, visto que é outro texto, um texto “novo”¹¹. Já os termos *texto de partida* – *de chegada* (*TP* e *TC*) trazem uma metáfora implícita interessante, mas são termos longos e que não permitem certo derivados (e.g. *língua de partida*, *cultura de partida*, mas dificilmente *leitor de chegada*, *emissor de partida*). Os compostos com *-fonte* e *-alvo* são suficientemente breves e muito aptos à derivação (e.g. *língua-fonte*, *contexto-alvo*, *cultura-fonte*), porém, a partícula *-alvo* esbarra no termo já bem estabelecido *público-alvo*, isto é, o público a que se destina um texto; isso gera a necessidade de uma certa reformulação, como *público destinatário-alvo* ou *público (destinatário) do texto-alvo*. Dito isso, o par de termos mais adequado parece ser com os compostos *-fonte* e *-meta*, pois este segundo evoca igualmente a noção de “destino”, ao mesmo tempo que não ocorre em

¹¹ Cf. a reflexão de ARROJO (1986, p. 79): “... por associar o texto a ser traduzido à ‘origem’, a denominação *texto original* pode sugerir que toda tradução não passa de uma tentativa de reprodução, cópia sempre imperfeita e sempre inferior ao modelo, à matriz ‘original’”.

outros termos; além disso, também permite fácil derivação (e.g. *público-meta*, *língua-meta*, *leitona-meta* etc.).

Ao buscar os termos no Google Acadêmico¹² entre aspas e apenas em páginas em língua portuguesa, obtemos para cada um dos termos as ocorrências indicadas no quadro abaixo¹³:

Quadro 1 – ocorrência de termos do funcionalismo no Google Scholar

Termo	Ocorrências
<i>Texto-fonte</i>	6.520
<i>Texto de partida</i>	3.280
<i>Texto original</i>	31.800
<i>Texto-alvo</i>	1.270
<i>Texto-meta</i>	410
<i>Texto de chegada</i>	1.960
<i>Texto traduzido</i>	6.850
<i>Língua-fonte</i>	2.450
<i>Língua de partida</i>	2.510
<i>Língua de chegada</i>	3.410
<i>Língua-alvo</i>	10.800
<i>Língua-meta</i>	1.340

Fonte: elaborado pelo autor.

Os dados representados no quadro apresentam, no entanto, alguns problemas. A alta frequência do termo *texto-fonte* se dá em parte por também ser um termo da Linguística Computacional, em parte por formar par com *-alvo* e *-meta*. O mesmo pode ser de *texto de partida*, que também ocorre com *texto traduzido*. Já os termos *língua-meta* e, especialmente, *língua-alvo*, podem se referir também à L2 no ensino de língua estrangeira. Sobretudo o alto número de ocorrências de *texto original* é devido, provavelmente, à utilização desse termo em paratextos (e.g. quando se trata de uma edição revisada de uma obra) e como termo de outras áreas, além de usos não terminológicos do sintagma. Esses números nos dão, assim, apenas uma ideia vaga do uso dos termos. São necessários outros parâmetros para a escolha da terminologia adequada aos propósitos da tradução.

É preciso atentar ao fato de que o emprego dessas variantes terminológicas não representa uma simples situação de sinonímia, mas sim reflete a afiliação teórica de quem as emprega. Notadamente os termos *texto original* e *texto traduzido* parecem ser utilizados mais frequentemente no contexto de uma vertente mais tradicional, enquanto que textos escritos

¹² <<https://scholar.google.com.br>>

¹³ Os resultados não discriminam entre o mesmo termo com ou sem hífen (e.g. *texto-fonte* ou *texto fonte*).

seguindo a abordagem funcionalista tendem a rejeitar esses termos em favor das outras variantes.

Essa situação de relativa variação terminológica parece ocorrer também com outros termos da área. Alguns casos podem ser explicados como termos alemães que ainda não têm uma tradução consolidada em português brasileiro, como *Translation*, podendo ser classificados como neologismos, portanto. Partindo de um pequeno *corpus* de textos, alguns dos quais compõem o referencial teórico deste trabalho, apresento abaixo um quadro comparativo indicando as escolhas terminológicas para cada termo empregadas em textos originais e em traduções para o português.

Quadro 2 – ocorrência de termos do funcionalismo num *corpus* da área de Estudos de Tradução em português brasileiro

Termo (alemão)	Texto	Termo (português)	Pág.	Comentário
<i>Translation</i>	Zipser (NORD, 2016a)	tradução; ação tradutória	21 27	A segunda forma é próxima ao termo equivalente usado por Holz-Mänttari: <i>translatorisches Handeln</i>
	Kilian (NORD, 2016b)	translação	14	
	Rosas (2003)	translação	145	Autora se refere à tradução espanhola de Sandra Reina e Celia de León do texto de Reiß e Vermeer (1984)
	Braga (2016)	trasladação	20	Em nota de rodapé; autor se refere aos textos de Nord e de Reiß e Vermeer em alemão e em traduções para o inglês
<i>Translator</i>	Zipser	[tradutor]		Aparentemente utilizado como forma genérica para tradutor e intérprete
	Kilian	translator	14	
	Rosas	[tradutor]		Não parece haver a intenção de incluir a interpretação no mesmo termo
	Braga	traslador	20	
<i>Translat</i>	Zipser	∅		Utiliza-se apenas o termo <i>texto alvo (TA)</i>
	Kilian	translato	14	
	Rosas	translatum	146	Forma possivelmente proveniente da tradução espanhola citada
	Braga	trasladação	63	Utiliza-se esse termo como tradução de <i>Translation</i> e <i>Translat</i>

	Hurtado Albir (2001)	translatum	530	Texto em língua espanhola
<i>Adressat</i>	Zipser	(público) destinatário	99	
	Kilian	destinatário	13	
	Rosas	∅		
	Braga	destinatário	52	
	Hurtado Albir			Texto em língua espanhola
<i>Skopos</i>	Zipser	<i>skopos</i>	22	
	Kilian	escopo	14	
	Rosas	escopo	145	Autora se refere à tradução espanhola de Sandra Reina e Celia de León do texto de Reiß e Vermeer (1984)
	Braga	escopo	20	
	Hurtado Albir	escopo	527	Texto em língua espanhola
<i>Auftrag</i>	Zipser	encargo	28	
	Kilian	encargo de tradução	15	
	Hurtado Albir	encargo de traducción	531	Texto em língua espanhola
<i>Auftraggeber</i>	Zipser	proponente	21	
	Kilian	cliente	14	
<i>Ausgangstext, Zieltext</i>	Zipser	texto fonte (TF), texto alvo (TA)	19, 62	
	Kilian	texto de partida (TP), texto de chegada (TC)	10	Cf. p. 14: <i>Zielempfänger</i> → <i>receptor da tradução</i> ; <i>Ausgangsautor</i> → <i>autor do TP</i> . P. 16: <i>Zielempfänger</i> → <i>receptor meta</i>
	Braga	texto-fonte (TF), texto-alvo (TA)	20	Hífen também em outros termos, como <i>língua-fonte</i>
<i>Realia</i>	Nord (2001)	“realities or realia”	41	Texto original em inglês
	Adab (NORD, 2001)	“realités ou realia”	57	Tradução francesa de Nord ([1997] 2001)

Fonte: elaborado pelo autor.

O quadro acima não é apresentado com a pretensão de oferecer uma representação abrangente da terminologia relacionada à teoria funcionalista da tradução em língua portuguesa. O objetivo foi ilustrar a variação terminológica existente, que se constata mesmo em um *corpus* muito reduzido. Idealmente, a pesquisa contaria com um *corpus* que correspondesse à necessidade de constatar se existem e quais são as formas predominantes de cada termo e, além disso, se existe uma conexão entre determinadas formas e perspectivas teóricas específicas. São

questões de suma importância para o tratamento tradutório da terminologia, mas que lamentavelmente não puderam ser melhor desenvolvidas por restrições de tempo. No entanto, nos casos em que o léxico permitiria diferentes opções, mas o *corpus* levou à constatação de que não havia variação terminológica, como no caso de *destinatário* e *encargo*, os termos predominantes foram adotados no TM.

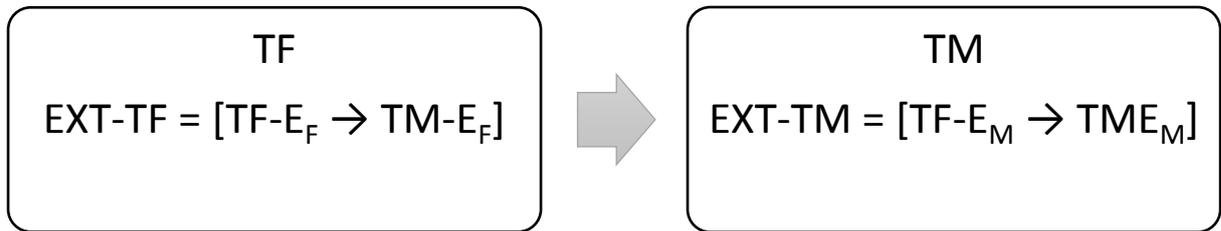
Nos demais casos, a argumentação acima apresentada sobre os problemas terminológicos levou à escolha pelo termo menos problemático, i.e., que tivesse uma maior “adequação referencial”. Entendo que termos são “unidades lexicais que assumem significados específicos quando usadas em discurso especializado”, e que o termo se distingue “pela sua extensão semântica e define-se sobretudo em relação ao significado, mais do que ao significante” (CORREIA, 2005, p. 1, apud CAVACO-CRUZ, 2014, p. 43). No entanto, por se tratar de neologismos, termos ainda não consagrados, creio que a escolha por uma forma não ambígua é razoável. A escolha do termo que julguei apresentar a maior adequação referencial se fez presente no caso dos termos *escopo*, e *texto-fonte* e *texto-meta*. A escolha por *translado* e *translador* privilegiou as formas já existentes (ambas atestadas em HOUAISS, 2009), que, ademais, por serem pouco usuais, se adequam a um neologismo semântico. No caso das variantes (*texto*) *de partida/de chegada* e (*texto*)-*fonte/meta/alvo*, apesar da pesquisa realizada, não foi possível constatar diferenças conceituais ou em relação a pontos de vista ou filiação teórica. A escolha por (*texto*)-*fonte* e (*texto*)-*meta* se baseia igualmente nas considerações feitas acima sobre a adequação referencial.

4.2 PROBLEMAS RELATIVOS AO USO DE EXEMPLOS

Como mencionei anteriormente, os exemplos de tradução foram uma das motivações para a escolha do tema desse trabalho. A tradução desse tipo de exemplo é bastante problemática, e é preciso achar a solução específica que melhor se adequa a cada TF e ao escopo do TM (o que se aplica em certa medida a todos os problemas de tradução). Trata-se de textos que trazem exemplos que contém trechos de outros textos reais. Esses exemplos devem ilustrar a visão teórica que está sendo exposta, e são geralmente acompanhados por comentários e/ou análises.

Primeiramente, para lidar com a ambiguidade e a dificuldade geral de fazer referência ao objeto, causada pelo discurso metalinguístico que aqui desenvolverei (estamos falando sobre traduzir um texto que traz como exemplo outro texto e a tradução deste), proponho abaixo um esquema que substitui os termos usados até agora por siglas.

Figura 1 – esquema do texto-meta e do texto-fonte com exemplos de tradução



Fonte: elaborado pelo autor.

Legenda: **TF** = texto-fonte; **EXT-TF** = exemplo de tradução no texto-fonte; **TF-E_F** = texto-fonte do EXT-TF; **TM-E_F** = texto-meta do EXT-TF; **TM** = texto-meta; **EXT-TM** = exemplo de tradução no texto-meta; **TF-E_M** = texto-fonte do EXT-TM; **TM-E_M** = texto-meta do EXT-TM)

O esquema acima não tem a intenção de representar o processo de tradução – naturalmente muito mais complexo do que a figura pode dar a entender. Temos como unidades maiores o texto-fonte (TF) e o texto-meta (TM) de um processo tradutório. O TF contém um exemplo de tradução (EXT-TF) em que são citados um ou mais textos-fonte (TF-E_F) e um ou mais textos-meta (TM-E_F), isto é, traduções do(s) texto(s)-fonte. Ao produzir o TM, é possível reproduzir ou recriar o exemplo de tradução (EXT-TM) de diferentes formas, como veremos em seguida. Os TFs e TMs do EXT-TF tanto podem ser textos legítimos, escritos e publicados por outros autores, como podem ser exemplos *ad hoc* criados pelo autor do TF. É o que se observa em Nord (2010c (SLK), p. 37), onde o Exemplo 3 traz como TF trechos curtos de um jornal e uma revista britânicos, e como TM, uma tradução “literal” e uma “idiomática” proposta pela autora para cada um dos trechos. Porém, a maioria dos EXTs de SLK (p. 36-7, 39) tem como TF trechos de *Alice’s Adventures in Wonderland*, de Lewis Carroll. Nesses casos, os TM são três traduções do TF para o alemão.

A complexidade dos EXTs pode já dar uma noção dos problemas de tradução que eles levantam. Para a tradução, é preciso considerar as línguas dos textos citados no EXT: o TM-E geralmente será uma tradução para a mesma língua do texto que contém o EXT, isto é, um EXT em um texto em português normalmente trará o TF em uma língua estrangeira e o TM em português. Nord (2012) investiga, a partir da sua tradução de Reiß e Vermeer (1984), os problemas de tradução relacionados a exemplos – não só EXTs, mas também exemplos de outros tipos. A autora os divide em exemplos ilustrativos, que são aqueles que descrevem um fato, uma anedota, real ou fictícia, para ilustrar aquilo de que o texto trata; e exemplos

explicativos, isto é, aqueles que enumeram um ou mais casos ou instâncias que sejam típicos para o grupo ou conjunto que integram e cujo caráter representam (2012, p. 207).

Nord se refere à sua própria classificação de quatro funções textuais (referencial, expressiva, apelativa e fática; 2016a, p. 82) para propor que, nos exemplos explicativos, a função referencial predomina, já que eles fornecem informações novas sobre um objeto pouco conhecido pelo público, associando-o ao seu conhecimento prévio. Já no caso dos exemplos ilustrativos, predomina a função apelativa, visto que buscam “relembrar o público de **algo que ele já sabe**, para que ele seja capaz de entender o argumento ‘novo’ feito pelo texto” (2012, p. 210, grifo meu). Cabe ao produtor do texto “prever de maneira adequada o conhecimento geral e culturalmente específico, o sistema de valores, os desejos, a sensibilidade etc. do público” (2012, p. 209). Todos os exemplos servem também à função fática, pois representam a intenção de “manter aberto o canal de comunicação entre o texto e os leitores, e até de fortalecê-lo ao criar uma atmosfera positiva de aprendizado” (2012, p. 209-210).

Tanto a função fática quanto a função referencial, quando cumpridas por exemplos, normalmente não trazem problemas de tradução: a presença (e a adequação) de um exemplo já cumprem a função fática, e a função referencial é preservada desde que o exemplo no TM traga informações novas. Se a informação nova do exemplo no TF for de conhecimento geral na cultura-meta, a função apelativa toma o lugar da referencial, pois o exemplo então “apela” a conhecimentos prévios do público. O problema de tradução causado pelos EXTs está em preservar a função apelativa, já que “os exemplos ilustrativos que se referem à própria língua e cultura do público geralmente cumprem melhor a função apelativa do que exemplos que se remetem a outras línguas e culturas menos conhecidas ou não conhecidas pelo público” (NORD, 2012, p. 210). Isso aponta para a importância de preservar, no caso de exemplos de tradução, o TM-EM na língua materna¹⁴, pois isso permite que o público “‘experiencie’ pessoalmente o problema em questão” (2012, p. 217); se o exemplo de tradução emprega apenas línguas que, a princípio, não são dominadas pelo público, ele assume uma função predominantemente referencial¹⁵, e pode necessitar de explicações sobre o sentido dos textos citados.

¹⁴ Não discutirei aqui a diferença entre os termos língua materna, L1 etc., por não ser pertinente ao propósito do trabalho. Assim, uso-os como sinônimos, me referindo geralmente à língua do público-alvo.

¹⁵ Pressuponho aqui, seguindo a tipologia de tradução de Nord (2010b, p. 20), que a tradução siga o tipo instrumental, procurando almejar no TM a(s) mesma(s) função(ões) que o TF.

Nord (2012, p. 210) propõe uma classificação de tipos de exemplos, partindo dos problemas encontrados na tradução que realizou e que ali discute. Para evitar me alongar em um ponto que não creio que vá contribuir para a discussão, não aplicarei a classificação de Nord a cada um dos exemplos encontrados em SLK. Constatei, no entanto, que SLK apresenta, pelo menos, casos de exemplos que se referem a conhecimento factual (“conhecimento sobre fatos e fenômenos do mundo ou de um mundo (culturalmente) específico”; NORD, 2012, p. 211) e exemplos que se referem à metodologia de tradução, que correspondem ao que venho chamando de exemplos de tradução.

O tradutor, repito, pode assumir diferentes estratégias diante de um TF que contenha um EXT. Sigo a definição de Hurtado Albir (2001, p. 271-2) ao entender estratégias como “procedimentos (verbais e não verbais, conscientes e inconscientes) de resolução de problemas”, à diferença do que a autora define como *método tradutório*, isto é, “a maneira com que o tradutor lida com o conjunto do texto original e desenvolve o processo tradutório segundo determinados princípios” (2001, p. 241). Algumas das estratégias possíveis para esse tipo de problema são:

- a) Transcrever o EXT-TF na forma original, com o TF-E_M e o TM-E_M idênticos ao TF-E_F e o TM-E_F; opcionalmente, acrescentar uma explicação para o TM-E_M ou fornecer uma tradução *ad hoc* dele. Não fazer nenhuma modificação ao EXT gera o risco de alienar parte do público, se não todo. No entanto, se o tradutor fornece uma explicação ou tradução do TM-E_M, surge o problema de que o público terá acesso ao TM-E somente por intermédio do tradutor (exceto em casos excepcionais, por exemplo se um dos textos citados no EXT-TF for em português¹⁶). Isso implica, além da perda da função apelativa, uma perda de “legitimidade”, uma vez que os TM-E_M contarão apenas com a tradução *ad hoc* do próprio tradutor;
- b) Transcrever apenas o TF-E_F na sua forma original e propor um TM-E_M *ad hoc*, não baseada no TM-E_F. Essa estratégia pode ser útil para traduzir um EXT-TF cujo TM-E_F não tem nenhuma tradução publicada na língua do TM, ou quando a tradução já publicada não ilustra aquilo que o EXT-TF busca ilustrar. Por outro lado, ela pode não funcionar em casos onde o aspecto ilustrado pelo EXT-TF provier da relação específica entre o par de línguas envolvido – nesse caso será necessária uma estratégia como (d). Também implica, como (a), na perda de “legitimidade”;

¹⁶ Falarei aqui sempre supondo o contexto de uma tradução para o português brasileiro, para tornar o texto menos truncado.

- c) Transcrever apenas o TF-E_F na sua forma original mas inserir como TM-E_M uma tradução já existente do mesmo texto. Por exemplo, se o TF-E_F for um trecho de *Der Zauberberg* e o TM-E_F for uma tradução para o inglês desse trecho, o tradutor pode usar como TM-E_M uma tradução para o português brasileiro já publicada do mesmo texto. Embora isso garanta a legitimidade do TM-E_M, pode acarretar o mesmo problema que (b), quando o aspecto analisado for pertinente apenas, digamos, à estratégia de tradução específica que foi empregada na tradução do TM-E_F e essa estratégia não puder ser constatada em nenhuma tradução do TF-E_F para o português brasileiro. Nesse caso, a solução pode ser alterar o comentário sobre o EXT, para que se aplique aos textos citados no TM, ou adotar a estratégia (d);
- d) Inserir um EXT-TM completamente novo, que não tenha nenhuma relação direta com o EXT-TF, mas que exemplifique o mesmo aspecto analisado no TF. Retomando o exemplo citado acima, se o tradutor constatar que nenhuma tradução brasileira de *Der Zauberberg* apresenta o mesmo aspecto ilustrado pelo EXT-TF, ele pode ilustrar esse aspecto substituindo o TF do EXT, por exemplo por *Die Buddenbrooks* (ou qualquer outro texto), acompanhado de uma tradução brasileira.

Em suma, as vantagens das estratégias substitutivas C e D são a manutenção da função apelativa, na medida em que o público terá uma tradução (“legítima”) do TF para sua língua, ao passo que as estratégias A e B priorizam a função referencial. Vale dizer que A e B podem realçar para o público o fato de o TM se tratar de uma tradução, refletindo o que Nord (2016b) chama de “tradução documental”, enquanto C e D podem dar a impressão de um texto “original”, por trazerem traduções da cultura-meta. Voltarei a essa questão mais adiante.

Todas as estratégias acima podem ser justificáveis e úteis, de acordo com o texto e o escopo em questão. Sendo assim, a escolha de uma estratégia em uma parte do TM e de outra estratégia noutra parte pode ser justificada, desde que ambas estejam submetidas ao mesmo escopo. Além disso, as estratégias podem justificar outros detalhes na formulação do TM, como veremos adiante.

Como já mencionei, Nord utiliza em SLK diversos EXTs retirados de *Alice's Adventures in Wonderland*. Julgando previamente que uma estratégia como C, descrita acima, seria interessante para o TM, busquei traduções brasileiras da obra, para dispor de opções quando da escolha dos TMs para cada exemplo. As seis traduções encontradas foram as de Monteiro

Lobato¹⁷, Sebastião Uchôa Leite¹⁸, Nicolau Sevcenko¹⁹, Ana Maria Machado²⁰, Maria Luiza X. Borges²¹ e Rosaura Eichenberg²².

Ao introduzir o tema das convenções comunicativas na tradução, Nord diz:

Se a translação é uma forma de comportamento comunicativo, então também está sujeita às regras, normas e convenções da comunicação em geral (p. ex. regras gramaticais, normas estilísticas e convenções sobre gêneros textuais ou atos de fala), como procurei ilustrar, a seguir, à luz de alguns exemplos.

O famoso livro *Alice in Wonderland*, de Lewis Carroll, contém uma abundância de textos inseridos que podem ser classificados em determinados gêneros textuais, por exemplo: um endereço (Exemplo 1), o início de um conto de fadas (“*Once upon a time there were three little sisters...*”) ou uma charada absurda (“*Why is a raven like a writing desk?*”). No discurso direto, é preciso levar em conta as convenções de formas de tratamento (exemplo 2), e em textos narrativos podemos observar questões de convenções gerais de estilo (exemplo 3) e convenções de unidades de medida (exemplo 4). (NORD, 2010c (SLK), p. 35).

Os dois primeiros EXTs de fato são retirados de *Alice’s Adventures in Wonderland*, e trazem como TMs traduções alemãs. No entanto, Nord cria uma relativa inconsistência ao introduzir, nessa primeira série de exemplos, o exemplo 3, que traz trechos curtos de dois artigos (um de jornal, outro de revista), cada um acompanhado de uma tradução “literal” e outra “idiomática”. Em seguida, o exemplo 4 retorna a *Alice*, seguindo o formato dos dois primeiros, que será usado também nos próximos.

O exemplo 1 consiste em um endereço que Alice imagina quando começa a ficar cada vez mais alta e, pensando em agradar seus pés, que agora viverão longe dela, decide lhes mandar presentes de Natal pelo correio. Visto que nenhuma das traduções consultadas se vale da mesma estratégia que o TM-E_F, empreguei aqui a estratégia C descrita acima: foi introduzida a tradução de Sebastião Uchôa Leite para o trecho, por representar bem a estratégia que, no meu julgamento, foi utilizada pelas demais traduções brasileiras consultadas – esta foi descrita no texto que se comenta o EXT:

¹⁷ Carroll, 1972 (1ª edição: 1931).

¹⁸ Carroll, 1977.

¹⁹ Carroll, 1986.

²⁰ Carroll, 1997.

²¹ Carroll, 2002.

²² Carroll, 2014.

As traduções brasileiras analisadas fazem uma mescla da forma do endereço original com as antigas convenções relativas a endereçamento no Brasil (cf. o uso de abreviaturas), como faz a seguinte tradução:

Ilmo. Sr. Pé Direito de Alice

Tapete felpudo

perto da lareira

(Beijos de Alice). (CARROLL, 1977, p. 47). (NORD, 2010c (SLK), p. 36. Tradução minha).

A estratégia C também se mostrou adequada para o exemplo 2: os TM-E_F demonstram diferentes formas de tratamento empregadas pelas traduções. Portanto, as traduções foram escolhidas de modo a representar diferentes reproduções do vocativo *my dear* presente no TF. Além disso, no comentário que acompanha o TF-E, acrescentei um pouco mais de contexto, a fim de facilitar o entendimento do segundo TM-E citado, e o trecho que segue o exemplo foi recriado para trazer uma descrição pragmática das soluções dadas pela tradução:

“How are you getting on now, my dear?” [o camundongo falando com Alice, depois de contar uma história para secá-la] (CARROLL, 1992, p. 53).

a) “Querida senhorita, como está se sentindo agora? Melhor?” (CARROLL, 1972, p. 22).

b) “Que tal, querida, está secando?” (CARROLL, 1997, p. 32).

c) “Como está se sentindo agora, meu bem?” (CARROLL, 2002, p. 28).

A forma de tratamento “querida senhorita”, pela formalidade, sugere uma relação assimétrica (alguém se dirigindo a uma pessoa “superior”), embora também caiba ao tratamento com uma criança; “querida” é uma forma um tanto “neutra”, especialmente na forma escrita, sem o complemento da entonação vocal, mas sugere uma certa intimidade, reforçada pela estrutura da tradução (b); a forma “meu bem” pode ser situada ainda mais alto numa escala de intimidade, talvez usada entre duas pessoas da mesma idade, mas também passível de uso ao se dirigir a uma criança. Não só a forma, mas também a posição no enunciado (no começo, no meio ou no fim) e a frequência de formas de tratamento nominais variam de acordo com a cultura. (NORD, 2010c (SLK), p. 36. Tradução minha).

No exemplo 3, como mencionei acima, Nord traz como TF frases curtas de dois textos: um artigo do jornal *The Guardian* e um da revista *Encounter*, ambas publicações britânicas. Cada frase é acompanhada de uma tradução *ad hoc* “literal” e outra “idiomática” (2010c (SLK), p. 36-37). O propósito é ilustrar o funcionamento das convenções estilísticas da língua-meta a partir de formulações mais ou menos idiomáticas na tradução. A estrutura sintática que Nord utiliza como ponto de análise contrastiva nos exemplos são as orações relativas, que em alemão, segundo a autora, são consideravelmente menos frequentes do que em inglês, e costumam

ocorrer de formas diferentes. O mesmo não se constata se contrastamos o inglês e o português, por exemplo se examinarmos as frases do exemplo:

- a) It all depends on the tone with which the word is spoken. [...]
- b) two of the finest people I know [...]
- c) The sounds I'm supposed to say remind me of... [...]
- d) spending so much of the day in what educationists call the "teaching situation" (NORD, 2010c (SLK), p. 37).

Possíveis traduções literais em português seriam “Tudo depende do tom com que a palavra é dita”; “duas das pessoas mais simpáticas que conheço”; “Os sons que eu tenho de dizer me lembram de...” e “passando uma parte tão grande do dia naquilo que os pedagogos chamam de ‘situação de ensino’”. Se é verdade que não são formulações muito idiomáticas, isso tampouco é devido ao uso de orações relativas, mas sim a outros tipos de construções.

Assim, direcionei o foco do exemplo 3 para as construções com sujeito indeterminado. Escolhi essa estrutura pois existe tanto em português quanto em alemão (respectivamente com o uso dos pronomes marcadores de indeterminação *se* e *man*)²³, mas é muito menos frequente em português – e, vale dizer também, muito menos idiomática. Os TFs foram buscados no nº 63 da revista *fluter*²⁴, sem buscar qualquer proximidade semântica com os TF-E_F, desde que fossem trechos preferencialmente narrativos de textos de um veículo jornalístico. A tradução do exemplo 3, portanto, procedeu por uma estratégia substitutiva próxima de D, mas cujos TM-E_F foram criados *ad hoc*:

Exemplo 3

- a) Immer häufiger hat man es im Netz mit Meinungsrobotern zu tun... KRAMER, B. "Vom künstlichen Aufregen", *fluter*, 2017, p. 29;
TL: Cada vez se encontra mais *bots* na internet...
TI: Cada encontramos vez mais *bots* na internet...
- b) Der Durchblick, ob man Mails von einem Menschen oder einem Bot bekommt, fällt manchem zunehmend schwer.
KRAMER, B. "Vom künstlichen Aufregen", *fluter*, 2017, p. 29.
TL: Alguns acham cada vez mais difícil de entender *se se está recebendo* e-mails de uma pessoa ou de um *bot*.

²³ Cf. CUNHA e CINTRA. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013, p. 142.

²⁴ Revista do órgão alemão *Bundesamt für politische Bildung* (em português: Departamento Federal de Educação Política), disponível gratuitamente em: <www.fluter.de/>.

TI: Algumas pessoas acham cada vez mais difícil de entender *se estão recebendo* e-mails de uma pessoa ou de um *bot*.

c) Denn auch durch einen kleinen algorithmischen Filter kann man in seinem Weltbild eingemauert werden.

KRAMER, B. "Vom künstlichen Aufregen", *fluter*, 2017, p. 31.

TL: Porque *pode-se* ficar enclausurado na própria visão de mundo até por causa de um pequeno filtro algorítmico.

TI: Porque *é possível* ficar enclausurado na própria visão de mundo até por causa de um pequeno filtro algorítmico.

d) In zahlreichen Kriegen und Konflikten schärfte man immer wieder die Instrumente von Zensur und Desinformation.

GEHRS, O. "Guter Kampf", *fluter*, 2017, p. 20.

TL: Em diversas guerras e conflitos *aperfeiçoou-se* os instrumentos de censura e desinformação.

TI: Em diversas guerras e conflitos os instrumentos de censura e desinformação *foram aperfeiçoados*. (Fonte: elaborado pelo autor).

O exemplo 4 demonstra a conversão da unidade de medida britânica milha (*mile*) para quilômetro. É o único EXT para o qual Nord não traz comentários. Ambos os TMs citados por Nord fazem a conversão, porém, trazem valores diferentes (*sechstausend* [seis mil] e *viertausend* [quatro mil], respectivamente), o que não contribui para o ponto ilustrado pelo exemplo. Se tampouco o contradiz, também não fica claro por que Nord escolhe por trazer dois TM-ES, em vez de apenas um. Para a tradução, foram escolhidas dois TM-ES que também convertiam a medida para quilômetros (na verdade, assim fazem todas as traduções consultadas) e que ao mesmo tempo representam, como no exemplo 3, diferenças estilísticas. Acredito que talvez esse exemplo sirva para complementar, assim, o exemplo anterior, o que pode ter sido igualmente a intenção de Nord com o EXT-TF.

Mais adiante, ao falar das convenções especificamente relacionadas à tradução, Nord (2010c (SLK), p. 39-40) traz três exemplos de tradução com trechos de *Alice's Adventures in Wonderland*, acompanhados de dois TMs ("tradução A" e "tradução B"), para comparar as diferenças de estratégia de tradução entre eles. Isto é: os TM-ES dos três exemplos são trechos das mesmas duas traduções do TF-E: uma de Christian Enzensberger, outra de Liselotte Remané. Por serem três exemplos que assim se entrelaçam, apresentarei primeiramente os EXT-TF, para depois discutir as soluções encontradas.

O exemplo 5 se refere ao tratamento de nomes próprios: a tradução A adapta os nomes ingleses para nomes alemães, criando desse modo associações novas ao introduzir nomes típicos da região norte da Alemanha, ao passo que a tradução B mantém a maioria dos nomes na forma original, adaptando apenas a ortografia de alguns (*Dinah* vira *Dina*, *Lacie* vira *Lassy*).

Cito abaixo os TF-Es dos exemplos 6 e 7:

Exemplo 6

‘Perhaps it doesn’t understand English,’ thought Alice; ‘I dare say it’s a French mouse, come over with William the Conqueror.’ (CARROLL, 1992, p. 50).

Exemplo 7

She got up and went to the table to measure herself by it, and found that, as nearly as she could guess, she was now about two feet high, and was going on shrinking rapidly. (CARROLL, 1992, p. 48, grifo meu).

No exemplo 6, o TF-E faz uma referência a um evento histórico real, um caso do que em alemão se denomina *Realia*, i.e., uma “referência à realidade”, especialmente quando se trata de uma realidade específica de uma dada cultura. Enquanto a tradução A substitui a referência a Guilherme, o Conquistador, por Napoleão, transpondo assim o cenário da história da Inglaterra para a Alemanha, a tradução B mantém a referência original, apenas acrescentando “aqui na Inglaterra” para tornar o cenário mais explícito. O exemplo 7 mostra novamente o tratamento de convenções de unidades de medida: a tradução A mantém a unidade estrangeira (*feet* é traduzido pelo equivalente *Fuß*), e a tradução B converte a medida para centímetros.

Na análise de Nord, as estratégias evidenciadas pelos exemplos 5 e 6 indicariam que a tradução A é voltada para crianças, enquanto a tradução B é voltada para adultos. O exemplo 7, no entanto, leva à conclusão contrária – “Essa inconsistência”, segundo Nord, “poderia ser um sinal de que nenhum dos dois tradutores refletiu muito profundamente sobre convenções normativas” (2010c (SLK), p. 40). O que dá mais relevância a esse trecho é o fato de que ele age como elemento de coesão textual ao ser retomado perto do final do texto, na página 44, onde Nord lembra as questões tradutórias em questão, além das estratégias dos tradutores.

Diante desses EXTs, considereei empregar as estratégias B ou C descritas acima, especificamente: b) trazer esses três exemplos de tradução na forma original, dando traduções literais para as citações em alemão, mantendo o comentário de Nord sobre os exemplos ou c) inserir as traduções brasileiras de *Alice* nos exemplos 5 e 6, e alterar os comentários para os novos TMs, buscando preservar nos comentários a perspectiva teórica da autora. Retomando a reflexão de Nord (2012, p. 209 et seq.), a estratégia C preserva a função apelativa junto ao público, que terá a chance de apreciar os TM-Es na sua língua materna. Além disso, seria lamentável deixar de aproveitar a abundância e diversidade de traduções brasileiras de *Alice’s Adventures in Wonderland* à disposição, que inclusive já serviu de base para análises de

tradução em diversos outros trabalhos. Assim, procurei privilegiar a estratégia B, deixando C (e as demais) como opção a ser tomada apenas caso a primeira não fosse possível.

Entre as traduções consultadas, escolhi a de Monteiro Lobato (1972) e de Ana Maria Machado (1997) para ocupar o lugar das traduções A e B nos exemplos 5 e 6. A partir dos trechos correspondentes nessas traduções, é possível criar um paralelo funcional para o exemplo 5:

Na tradução A (CARROLL, 1972), os nomes *Ada* e *Mabel* viram *Cléu* e *Zuleica*, o lagarto *Bill* vira *Periquito* e a menina *Mary Ann* recebe o nome *Mariana*. As três irmãs *Elsie*, *Lacie* e *Tillie* se tornam *Elza*, *Lúcia* e *Tília*. Já na tradução B (CARROLL, 2002), todos os nomes permanecem na forma inglesa. (NORD, 2010c (SLK), p. 39. Tradução minha).

Foi possível, portanto, inserir TM-Es brasileiros no EXT com uma pequena adaptação, que consistiu em trocar a referência de alguns nomes por outros: a referência a *Pat* e à gata *Dinah* foi suprimida, pois as duas traduções não diferem na reprodução desses nomes, e incluí a adaptação de Monteiro para os nomes *Ada* e *Mabel*, não presente no EXT-TF. A escolha pela tradução de Maria Luiza X de A. Borges se baseou nos dois EXTs aqui discutidos e, ao mesmo tempo, em um comentário sobre esses EXTs ao final do texto. Primeiramente, essa tradução mantém todos os nomes na forma original, aproximando-se da tradução B do EXT-TF. Considerei utilizar a tradução de Ana Maria Machado, que adapta apenas alguns nomes (*Mary Ann* também vira *Mariane*, etc.), fornecendo um contraste até mais interessante. No entanto, o fato de Nord relacionar a tradução B ao que chama de tradução documental, voltada para adultos, não condiz com a tradução de Machado, e faz com que a tradução de Borges, que se baseia na edição comentada *The Annotated Alice*, seja especialmente adequada a essa posição. Esse fator foi decisivo para a escolha definitiva do TM-EM. Acrescentei ao comentário desse EXT informações sobre a tradução e sobre a edição original, que servem para contextualizar as escolhas tradutórias e o direcionamento ao público adulto, importante para o argumento de Nord. A escolha por outra tradução acarretaria mudanças mais profundas nos comentários sobre os EXTs, possivelmente desvirtuando a análise de Nord, ou, de todo modo, forçando a tradução a assumir uma responsabilidade ainda maior, se fosse o caso propor uma análise nova. Isso significaria correr o risco de desrespeitar o princípio da lealdade.

No exemplo 6, foi possível criar um EXT-TM análogo ao EXT-TF. Nenhuma das traduções brasileiras encontradas apresentava uma adaptação comparável à tradução A do EXT-

TF; o cenário da tradução A não é transposto para o Brasil (aliás, uma adaptação nesse nível seria praticamente absurda), mas sim parcialmente apagado, neutralizado:

a) “Talvez não entenda a minha língua”, pensou Alice. “Talvez seja um rato francês vindo com Guilherme, o Conquistador. Alice conhecia muito mal a história desse rei e imaginava que fosse algum francês que ainda estivesse vivo e morando perto dali. (CARROLL, 1972, p. 17). (NORD, 2010c (SLK), p. 39. Tradução minha).

Alice fala “minha língua” em vez de “inglês”, apagando o contexto cultural do texto, e a referência a Guilherme, o Conquistador, é descontextualizada, podendo ser atribuída à confusão da personagem, que permitiria que o rei estivesse “vivo e morando perto dali”, isto é, possivelmente no Brasil. A tradução B se atém à forma do TF e mantém o local implicitamente na Inglaterra:

b) “Talvez não entenda inglês”, pensou Alice. “Aposto que é um camundongo francês, que veio com Guilherme, o Conquistador.” (Pois, com todo o seu conhecimento de história, Alice não tinha uma ideia lá muito clara de há quanto tempo qualquer coisa tinha acontecido.) (CARROLL, 2002, p. 25). (NORD, 2010c (SLK), p. 39. Tradução minha).

Os comentários da edição não explicam a referência ao monarca, por serem originalmente voltados para o público inglês. Novamente a tradução de Machado teria sido adequada, pois nesse trecho a tradutora emprega a estratégia de explicitar a situação cultural do enredo, optando por “História da Inglaterra” em vez de simplesmente “História”. Essa estratégia novamente aproxima essa tradução da tradução B do EXT-TF. No entanto, a escolha pela tradução de Borges, que nem apaga nem explicita o cenário, se baseia em um critério de maior prioridade, como explicado acima.

O exemplo 7 representa um problema para a aplicação da estratégia C, que até então parecia adequada. Se alguma tradução brasileira analisada reproduzisse unidades de medida do sistema inglês (milhas, pés, libras etc.), em qualquer trecho de *Alice*, poderia ser escolhida para servir de tradução B; porém, nenhuma o faz. As traduções até então escolhidas para A e B apresentam uma diferença proveniente talvez de um erro de conversão: para “*two feet*”, a tradução A traz “sete centímetros”, que na verdade equivale a “*two inches*”, enquanto a tradução B converte corretamente para “uns sessenta centímetros”. Essa diferença, todavia, não demonstra diferentes maneiras de tratar convenções métricas.

A solução, contrariamente ao que havia previsto, foi adotar a estratégia D, descrita acima, i.e., trocar o TF-E e o TM-E do exemplo 7 por trechos de outro texto. O EXT novo traz como TF um trecho de *Charlie and the Chocolate Factory*, de Roald Dahl ([1964] 2001) e como TM a tradução de Dulce Vainer (1998). O trecho foi escolhido dando preferência à literatura infanto-juvenil, por ser o gênero que Nord escolhe para os EXTs, em que foi mantida uma unidade de medida, no caso, *gallon* [galão], em vez de convertê-la para litros. Infelizmente, não foi possível encontrar outra tradução do mesmo trecho em que a unidade fosse convertida, para criar o contraste de estratégias – tampouco encontrei outra obra cujas traduções apresentassem a discrepância desejada. Novamente, para adaptar o texto ao EXT, o comentário de Nord (2010c (SLK), p. 44) sobre os exemplos em questão foi modificado. Esse passo de adaptação do comentário do EXT, parece ser quase sempre necessário para as estratégias substitutivas C e D.

O exemplo 8 (NORD, 2010c (SLK), p. 40) traz um trecho do posfácio do tradutor A, que explica sua estratégia, demonstrando que tinha consciência de que ia contra as convenções tradutórias. Optei por suprimir esse exemplo no TM, uma vez que a tradução A (Monteiro Lobato) não conta com nenhum paratexto, e a tradução B (Borges) não traz nenhum paratexto que se refira ao processo de tradução. A numeração dos exemplos seguintes foi modificada de acordo com essa supressão.

A seguir, discutirei os exemplos que se referem a conhecimento factual (cf. NORD, 2012, p. 211) e as escolhas tradutórias relativas ao que chamo de “perspectiva” do texto. Esses problemas evocam a antiga dicotomia entre “trazer o texto até o leitor” ou “levar o leitor até o texto”, na formulação de Schleiermacher ([1813] 1973), entre “domesticação” e “estrangeirização”, nos termos de Venuti (2008). Não me deterei nessa dicotomia, pois creio que não contribuirá para a discussão. No entanto, retomando a reflexão de Nord (2012), adianto que a escolha tomada para a tradução aqui apresentada visará estabelecer nos trechos discutidos a função referencial, ao veicular informações novas. Nesse caso, partindo da base teórica de Nord, segui uma direção diferente da que a autora tomou na sua própria tradução, discutida no texto acima citado. Nos trechos discutidos a seguir, a função predominante é a apelativa, visto que exemplificam (são exemplos explicativos, na categorização de NORD, 2012) os conceitos apresentados remetendo (“apelando”) a conhecimentos prévios do público. No TM, como veremos, a manutenção da referência original, desconhecida do público-meta, fará com que a função principal se torne a referencial.

Em SLK, Nord faz algumas referências implícitas e explícitas à realidade da cultura-fonte ou da situação enunciativa do texto, como no seguinte trecho:

Die obigen Überlegungen führen uns zu der Frage, wie wir denn den Übersetzungsbegriff einer bestimmten Kulturgemeinschaft zu einem bestimmten Zeitpunkt (also z.B. in Deutschland Anfang der 1990-er Jahre) beschreiben können [...] (NORD, 2010c (SLK), p. 41).

A tradução proposta mantém a referência à “Alemanha no início da década de 1990” enquanto situação de enunciação do texto, com a adição da nota de tradução: “Momento em que o texto original foi publicado”. Numa estratégia que se aproxima à tradução documental (cf. NORD, 2016b), busquei manter a perspectiva de produção do TF, explicitando-a na N.T., a fim de ressaltar o fato de se tratar de um texto traduzido. Reproduzo abaixo a tradução proposta para o trecho citado:

As reflexões acima nos levam à pergunta: como podemos descrever o conceito de translação de uma determinada comunidade cultural em um determinado momento na história (por exemplo, na Alemanha no início da década de 1990) [...] (NORD, 2010c (SLK), p. 41. Tradução minha).

O seguinte trecho apresenta um problema semelhante, para o qual segui a mesma estratégia:

Aber wenn wir beispielsweise im Fremdsprachenunterricht gelernt haben, dass Übersetzungen "so treu wie möglich und so frei wie nötig" sein müssen, werden wir davon ausgehen, dass jede Übersetzung, die wir lesen, eine relativ wörtliche Wiedergabe des Originaltexts ist. (NORD, 2010c (SLK), p. 33).

Mas, por exemplo, se na aula de língua estrangeira nos foi ensinado que uma tradução tem de ser “tão fiel quando possível e tão livre quanto necessário”, iremos pressupor que toda tradução que lemos é uma reprodução relativamente literal do texto original. (NORD, 2010c (SLK), p. 33. Tradução minha).

A proposta de tradução citada vem acompanhada de uma N.T. que traz o conhecimento que supus necessário para a compreensão do contexto social implicado pelo trecho: “A autora se refere aqui a exercícios de tradução como parte do ensino de língua estrangeira, prática ainda comum na Europa, mas que caiu em relativo desuso no Brasil durante o século XX”. A estratégia foi novamente explicar ao público-meta o contexto necessário para entender a referência cultural do texto, explicitando o fato de ser um texto-meta, um texto “segundo”.

Mais um exemplo semelhante é a referência a *Verkehrsregeln* (literalmente “regras de trânsito”) como exemplo para o conceito de *regra* que é definido nesse trecho (NORD, 2010c (SLK), p. 34). Esse exemplo levanta um problema para uma tradução “literal”, pois no Brasil emprega-se o termo *normas de trânsito*²⁵, de modo que não podem servir para exemplificar *regras*. Em lugar de buscar um exemplo que substituísse o exemplo do TF (e.g. “regras do basquete”), optei por traduzir como “regras de trânsito”, inserindo junto à palavra *regras* uma nota de tradução, em que aponto para o uso da palavra *Verkehrsregeln* no TF e faço um breve comentário indicando a pertinência dessa diferença cultural para a própria discussão do TF:

O texto original reflete aqui o uso da palavra *Regeln* em alemão, incluindo o exemplo de “regras de trânsito” (*Verkehrsregeln*), no Brasil chamadas oficialmente de “normas de trânsito”. Essa discrepância aponta para uma discussão pertinente, que não é realizada nesse artigo: o fato de que a própria distinção entre convenções, regras e normas é culturalmente específica.

Busquei acrescentar, por meio da nota de tradução, um ponto de reflexão pertinente ao tema do texto e proveniente da própria diferença cultural envolvida no processo da tradução em questão. Nos termos de Nord, a própria definição do que são “regras” ou “normas” é algo culturalmente específico.

Nos exemplos citados acima, a escolha por reproduzir no TM a perspectiva do TF, ao mencionar elementos da cultura-fonte, pode parecer conflitante com a decisão, discutida anteriormente, de substituir os TMs dos EXTs por traduções brasileiras – afinal, a intenção é aproximar o TF do leitor, ou o leitor do TF? Esse conflito, no entanto, só existe se impusermos a interpretação por meio dessa dicotomia tradicional, que é acima de tudo uma metáfora. No caso dos EXTs, como argumentado anteriormente, a intenção foi manter a função apelativa do texto ao trazer exemplos na língua materna do público – uma estratégia de tradução instrumental (cf. NORD, 2016b, p. 19). A função apelativa, nesse caso, reforça a função referencial exercida pelo valor ilustrativo dos EXTs. No caso das referências à realidade, a intenção foi ressaltar o fato de se tratar de uma tradução, dessa maneira trazendo à tona elementos que evidenciam a especificidade cultural do TF. Aqui, a estratégia já desvia do objetivo de uma tradução estritamente equifuncional, que busca manter a função equivalente à do TF, e se aproximando da tradução documental (cf. NORD 2016b, p. 16). A função desses trechos no TM proposto

²⁵ Cf. Código de Trânsito, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503.htm>

difere claramente da sua função no TF; no entanto, a tradução proposta lhes dota de uma função referencial “nova” que enriquece o texto.

Conclui-se então que, numa combinação de diferentes estratégias, os conceitos de função textual e escopo operam não somente no nível global do texto, mas também no nível de trechos individuais que, se reproduzidos de maneira formalmente próxima ao TF, terão funções junto ao público-meta diferentes das funções em relação ao público-fonte. Nas palavras de Reiß e Vermeer (1984, p. 103), diferentes partes de um mesmo texto podem ser traduzidas por escopos diferentes. Os exemplos de tradução, como discutido acima, foram adaptados para manter constante a função apelativa junto ao público-meta, que assim recebe um EXT com TM(s) na sua língua materna. Os exemplos referentes à realidade da situação-fonte, por outro lado, não são adaptados, mas sim trazidos explicitamente como elementos “estrangeiros” num texto “assumidamente” traduzido e acompanhados de notas de tradução, com a intenção de incluir no TM informações não presentes no original, relevantes à discussão proposta em SLK, num movimento de *documentação* do TF. A tradução proposta, vale dizer, não é nem inteiramente documental, nem inteiramente instrumental. Ora privilegia a função do TF enquanto um texto teórico que deve proporcionar associações e novos entendimentos para o leitor, ora a função do TM enquanto “oferta de informação sobre uma oferta de informação” feita originalmente em outra língua, que pode assim ser entendida também dentro de seu contexto original. Pode-se argumentar, porém, que essa estratégia seja justificada para um texto acadêmico que trata de tradução, mas não para textos de outros gêneros ou áreas. Na tradução de um texto literário, por exemplo, ou de um texto acadêmico da Química Orgânica, a combinação de estratégias talvez causasse uma incoerência interna, que, ao contrário, dificultasse a compreensão do texto.

É interessante comentar, por fim, que foi necessário corrigir uma citação incorreta do TF: Nord (2010c (SLK), p. 34) cita um trecho de um texto de David Lewis atribuindo a autoria incorretamente a John Searle. O erro provavelmente ocorreu por serem as duas referências textos em inglês que tratam de convenções na língua e que foram consultados pela autora em edições do mesmo ano (1969). Foi preciso, para perceber o engano, consultar uma tradução e uma edição em inglês de Searle (1981; 1969) e, em seguida, uma edição em inglês de Lewis (2002), para encontrar o trecho – que, na edição consultada, já não tinha a mesma forma que na citação de Nord. Se o trecho fosse realmente de Searle, seria possível citar o trecho traduzido; dado que o texto de Lewis não tem tradução para o português, a solução foi apenas substituir o nome do autor na referência da citação.

4.3 PROBLEMAS RELATIVOS À LINGUAGEM INCLUSIVA

Uma característica de SLK de relevância para a tradução consiste em uma escolha política explícita da autora por utilizar uma linguagem inclusiva em termos de gênero. Essa é uma questão complexa e que implica fatores de língua e discurso. Por *linguagem inclusiva* entendo a utilização de estratégias que, contrariando o uso do masculino como forma neutra para se referir a conjuntos de homens e mulheres, façam referência explícita a ambos os gêneros (e.g. *brasileiros e brasileiras*, em vez de *brasileiros*) ou utilizem formas que não marquem nenhum gênero ou reformulações (e.g. *a população brasileira* em vez de *os brasileiros*). Representa uma forma de reação contra o apagamento discursivo das mulheres, que se impõe socialmente como discurso padrão, inclusive pela gramática normativa, e que reflete a opressão social sofrida pelas mulheres. Além disso, do ponto de vista cognitivo, o uso do masculino como forma neutra evoca sobretudo figuras masculinas, e não de ambos os sexos igualmente²⁶.

Considero que essa escolha representa um ponto de vista pessoal de Nord, que independe do tema abordado no texto, o que é confirmado pelo seguinte trecho da introdução do volume que inclui SLK (NORD, 2010a):

Já que hoje em dia eu não consigo suportar o masculino genérico, que ainda era a regra quando dos primeiros trabalhos, adequiei até mesmo os textos mais antigos a uma linguagem moderadamente inclusiva. (NORD, 2010a, p. 8).

A postura de Nord em relação à questão da linguagem inclusiva também é mencionada explicitamente em SLK:

Essa substituição [de uma convenção por outra] normalmente envolve um período de transição, em que é preciso entrar em acordo sobre qual convenção deve ser seguida: a antiga ou a nova. É o caso do argumento do “masculino genérico” usado por autores que (ainda) não conseguiram (ou quiseram) se adaptar à linguagem inclusiva; esse argumento, hoje em dia, quase não é mais usado. (NORD, 2010c (SLK), p. 35. Tradução minha).

Sendo assim, optei por reproduzir essa faceta do discurso de Nord no TM, para manter uma atitude leal perante a autora e o público-meta, nos próprios termos da autora. Para isso, trago a seguir uma breve observação do estado atual do discurso da linguagem inclusiva nos

²⁶ Segundo um experimento realizado por Elke Heise em 2000 (apud UNIVERSITÄT POTSDAM, 2012, p. 7): pede-se a um primeiro grupo que cite políticos, escritores, pintores etc., e a um segundo grupo que cite *políticas e políticas, escritoras e escritoras* etc. O segundo grupo enumerou até um terço a mais de mulheres que o primeiro, sugerindo que o masculino genérico é mais fortemente associado a grupos de indivíduos do sexo masculino.

países de língua alemã e no Brasil, a fim de entender como esse discurso pode tomar forma no TM. Essa observação levará em conta também as formas linguísticas concretas com que se busca a representação igualitária de homens e mulheres no discurso.

A discussão acerca da linguagem inclusiva tem um histórico na Alemanha que remonta, no mínimo, aos movimentos culturais dos anos de 1960, segundo a linguista e ativista Luise Pusch (2013). Podemos entender como reflexo do avanço dessa discussão nos países de língua alemã o fato de diversas universidades alemãs, austríacas e suíças terem publicado documentos oficiais semelhantes determinando normas sobre o uso de linguagem inclusiva (em alemão, *geschlechtergerechte Sprache* ou *gendergerechte Sprache*). Entre elas, pode-se citar as Universidades de Potsdam (2012)²⁷ e de Berlim (2013)²⁸ na Alemanha, de Linz (2009)²⁹, na Áustria, e de Berna (2017)³⁰, na Suíça³¹. Como indicam os títulos (cf. notas 28 e 29), alguns desses documentos prescrevem, além de modos de expressão verbal, a inclusão de gênero nas imagens produzidas por ou para as respectivas instituições. Em 2013, a Universidade de Leipzig, reconhecendo o tratamento desigual sofrido pelas mulheres e a maioria feminina de estudantes, passou a utilizar o “feminino genérico” em seu regulamento geral³², isto é: ao se referir a um grupo misto de pessoas, usa-se a forma feminina.

A língua alemã, cabe esclarecer, possui três gêneros gramaticais: feminino, masculino e neutro. Trata-se, é claro, de categorias gramaticais, que não têm nenhum vínculo *necessário* com sexo ou “gênero” (aqui, no sentido da construção social em torno daquilo que se entende por feminino e masculino em relação ao ser humano). Assim como em português, as palavras referentes a pessoas, por exemplo designações de profissões ou ocupações, seguem o gênero da pessoa referida³³, recebendo o sufixo *-in* (pl. *-innen*) para marcar o feminino, e.g.: *Lehrer* [professor(es)] (mesma forma para singular e plural), *Lehrerin(nen)* [professora(s)]. Como em

²⁷ *Leitfaden: gendergerechte Sprache* (em português: “Parâmetros para uma linguagem inclusiva de gênero”). Para esse documento e os que seguem, cf. Referências.

²⁸ *Geschlechtergerecht in Sprache und Bild* (em português: “Igualdade de gênero na linguagem e na imagem”).

²⁹ *Geschlechtergerecht in Sprache und Bild* (em português: “Igualdade de gênero na linguagem e na imagem”).

³⁰ *Geschlechtergerechte Sprache* (em português, “Linguagem inclusiva de gênero”).

³¹ Não foi encontrado nenhum documento publicado pela UFRGS a respeito desta questão.

³² *Grundordnung der Universität Leipzig* (em português: “Regulamento geral da Universidade de Leipzig. Cf. também: “Debatte um generisches Femininum in der Grundordnung der Universität Leipzig beweist strukturelle Diskriminierung von Frauen” (“Debate sobre o feminino genérico no regulamento geral da Universidade de Leipzig aponta para a discriminação estrutural contra as mulheres”). Disponível em: <<https://stura.uni-leipzig.de/doc/debatte-um-generisches-femininum-der-grundordnung-der-universitaet-leipzig-beweist-strukturelle>>. Acesso em: 03/06/2017.

³³ Com a exceção, paralela ao português, de palavras genéricas que não recebem flexão de gênero, como (*die*) *Person* [pessoa], (*das*) *Kind* [criança] e (*der*) *Mensch* [ser humano, pessoa], respectivamente palavras do gênero feminino, neutro e masculino. Há ainda algumas palavras neutras que se referem somente a mulheres, como (*das*) *Weib* [mulher] e (*das*) *Mädchen* [menina].

português, a forma masculina é (tradicionalmente) utilizada como “genérica” para se referir a grupos mistos.

No Brasil, alguns documentos oficiais que tratam da linguagem inclusiva foram emitidos pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e pelo Governo Federal³⁴. O Governo Federal emitiu em 3 de abril de 2012 a Lei Federal Nº 12.605, que “determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas” (BRASIL, 2012), ainda durante o debate público acerca da autodenominação *presidenta* empregada por Dilma Rousseff, que assumira o cargo no ano anterior. O Governo Estadual do Rio Grande do Sul seguiu uma direção parecida ao emitir no mesmo ano o Decreto Nº 49.994, de 27 de dezembro de 2012, que “estabelece a utilização da linguagem inclusiva de gênero nos atos normativos, nos documentos e nas solenidades do Poder Executivo Estadual” (RIO GRANDE DO SUL, 2012).³⁵

Talvez para preencher a lacuna de um documento didático que auxiliasse no cumprimento desse decreto, foi emitido o *Manual para o uso não sexista da linguagem* (RIO GRANDE DO SUL, 2014), elaborado por um grupo de trabalho da Secretaria de Políticas Para as Mulheres (extinta em 2015 pela gestão do atual Governador, José Ivo Sartori (PMDB)) a partir de um manual feito pela Red de Educación Popular Entre Mujeres de Latinoamérica y Caribe (REPEM-LAC). Os objetivos indicados eram “determina[r] e orienta[r] a ‘revisão’ da linguagem internalizada na administração” do Governo Estadual (p. 9). Não foi possível obter acesso ao manual da REPEM, mas supõe-se que o *Manual* seja uma tradução – a julgar, por exemplo, pelas diversas citações traduzidas de textos em língua espanhola.

As estratégias centrais da linguagem inclusiva no português (e no alemão) são a explicitação do feminino e a neutralização por apagamento de ambos os gêneros. Ambas são sugeridas e explicadas didaticamente em diferentes partes do *Manual*. A explicitação é indicada, por exemplo, na página 64 e seguintes, onde se indicam algumas “regras” para a nomeação de profissões no feminino, apresentadas de acordo com a terminação da palavra. A neutralização é aplicada, por exemplo, nas indicações da página 48:

³⁴ A discussão acerca dos documentos oficiais brasileiros que tratam da linguagem inclusiva, bem como sobre o estado da linguagem inclusiva em outros contextos, se baseou na dissertação intitulada *Essa língua não me representa: Discursos Sobre Língua e Gênero*, de Laís Medeiros (2016).

³⁵ Não foram encontrados documentos oficiais do governo alemão em relação à linguagem inclusiva.

Quadro 3 – neutralização como estratégia de linguagem inclusiva

Aqueles que saibam assinar que o façam no final da aula.	NÃO RECOMENDADO
Quem souber assinar que o faça no final da aula.	RECOMENDADO
Papa pede cuidado especial àqueles que têm fome e sede.	NÃO RECOMENDADO
Papa pede cuidado especial a quem têm fome e sede.	RECOMENDADO
Forte é aquele que acredita.	NÃO RECOMENDADO
Forte é quem acredita.	RECOMENDADO

Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 2014.

Igualmente na página 55, especificamente na forma de reformulações:

Quadro 4 – reformulação como estratégia de linguagem inclusiva

Os habitantes nunca estão contentes com o transporte.	NÃO RECOMENDADO
Nunca se está contente com o transporte.	RECOMENDADO
Os paulistas economizam bastante.	NÃO RECOMENDADO
Em São Paulo se economiza bastante.	RECOMENDADO
Eles nunca colaboram.	NÃO RECOMENDADO
Esse grupo nunca colabora.	RECOMENDADO
Aquele que quiser peixe que se molhe.	NÃO RECOMENDADO
Quem quiser peixe que se molhe.	RECOMENDADO

Fonte: RIO GRANDE DO SUL, 2014.

Numa argumentação um tanto superficial, o *Manual* rejeita algumas formas de visibilização paralela bastante usuais:

“Enquanto a linguagem continuar carregada de estereótipos, não convém dissimular a visibilidade das mulheres. Por isso é importante evitar as barras diagonais: ‘oferece-se trabalho a costureira/o’. Não se devem usar parênteses ‘buscamos um (a) advogado (a)’. (RIO GRANDE DO SUL, 2014, p. 67).

No entanto, não é oferecida nenhuma alternativa para a referência a grupos mistos que não proceda pela reformulação. Formas usuais como “as e os estudantes”, “os/as estudantes”, “as estudantes e os estudantes” são rejeitadas em favor de substantivos coletivos, que, no entanto, não serão possíveis para todos os casos. Mesmo quando é possível reformular com coletivos, dizer “o corpo docente” não necessariamente significa o mesmo que dizer “as

professoras e os professores”, por exemplo, ou seja, a reformulação nem sempre “faz” o mesmo, cumpre as mesmas funções.

Na sequência do trecho acima, as formas “alternativas” de inclusão de gênero na escrita são rejeitadas com a mesma pobreza argumentativa: “Nesse mesmo sentido é preciso eliminar os símbolos que não são legíveis ou que não é [sic] verdadeiramente representação do feminino: *querid@s amig@s* ou *todxs juntxs*” (RIO GRANDE DO SUL, 2014, p. 67). Reproduzo o questionamento posto por Medeiros (2016, p. 72): se essas formas “não são verdadeiramente representações do feminino [...] seriam, então, representação do quê?”. É perfeitamente razoável questionar se um dado recurso linguístico ou estilístico é *adequado* a este ou aquele contexto de comunicação; porém, não é essa a linha tomada pela argumentação do *Manual*, que se posiciona categoricamente contra as formas em questão.

O discurso de contestação à primazia do masculino (e do binarismo de gênero) na língua levou à exploração ou criação de novos recursos morfológicos (sobretudo escritos), tanto em alemão quanto em português. Esses novos recursos têm ocorrido com frequência, especialmente fora de contextos acadêmicos e administrativos, mas também dentro desses (na Alemanha talvez mais ainda, como demonstram alguns dos documentos das universidades citadas). Assim, formas como a substituição da vogal na desinência de gênero por *x* (*alunxs*), *@* (*alun@s*) ou *e* (*alunes*), têm espaço em certos discursos no Brasil, embora ainda não no meio acadêmico nem em instâncias oficiais. Essas formas de inclusão buscam contemplar não só homens e mulheres, mas também pessoas que não se identificam dentro do binário de gênero masculino-feminino.

Em alemão, existem recursos semelhantes, que frequentemente consistem na manipulação gráfica³⁶ da terminação de plurais. A forma mais estabelecida certamente é o chamado *Binnen-I* (literalmente: “I interno”), que consiste em uma modificação da terminação de feminino plural *-innen*, que passa a receber um “i” maiúsculo, representando um grupo misto de pessoas. Foi criada em 1981 pelo jornalista Christoph Busch (UNIVERSITÄT BERN, 2017, p. 16). O plural genérico de *Lehrer* [professor] formado com esse recurso é *LehrerInnen*. Outras formas propostas mais recentemente buscam, assim como o *@* e o *x* em português, a inclusão de pessoas não enquadradas binário de gênero tradicional: são o *Gender_Gap* (literalmente: “lacuna de gênero”) e o *Gender-Sternchen* (literalmente: asterisco de gênero³⁷). Ao inserir entre

³⁶ Segundo o manual da Universidade de Berna (p. 19), existe para essas formas essencialmente gráficas uma pronúncia proposta: realiza-se de uma breve interrupção na fala e uma pausa glotal antes do “I”, ou onde ocorre o “*” ou o “_”.

³⁷ O uso da variante *Gender* em vez de *Geschlecht*, um anglicismo, provavelmente não é casual, mas sim reflete o atrelamento dessas novas formas a discursos marcados por um interdiscurso em que a língua inglesa figura

a forma masculina (que normalmente corresponde à raiz morfológica dos substantivos) e a terminação de plural feminino um traço inferior (“_”) ou um asterisco (“*”) – ambos sinais inspirados pela linguagem computacional, empregados aqui com uma derivação do sentido original – procura-se garantir o espaço “de todos os gêneros sociais e identidades de gênero para além do esquema binário mulher-homem” (UNIVERSITÄT BERN, 2017, p. 38). Para seguir com o mesmo exemplo, o plural de *Lehrer* com essas formas seria respectivamente *Lehrer_innen* e *Lehrer*innen*.

Uma outra forma de linguagem inclusiva em alemão é a substituição do pronome *man* (marcador de sujeito indeterminado, comparável ao *se*, em português, mas com uso muito mais amplo) por um novo pronome: *frau* (de *Frau* [mulher]), especialmente para se referir a ações realizadas majoritariamente ou exclusivamente por mulheres. Essa proposta parte da consciência de que *man* remete etimologicamente a *Mann* [homem], tendo surgido de uma locução em que a palavra “homem” era usada com o sentido de “qualquer pessoa”³⁸. A pronúncia de *Mann* e *man* é próxima – o substantivo se distingue do pronome por ser claramente mais acentuado e ter a vogal levemente mais aberta. A forma *frau* parece ainda não ter a mesma aceitação institucional ou emprego que nenhuma das formas citadas acima, mas já é utilizado em alguns veículos midiáticos³⁹.

O uso de parênteses com a terminação feminina (e.g. pt. *professor(a)*, dt. *Lehrer(in)*), é criticado, tanto em português quanto em alemão, por relegar às mulheres a representação na forma de “apêndice”, de “anexo”, algo dispensável. Em alemão, essa forma gera ainda outro problema: a leitura da frase com os parênteses por vezes é agramatical, e.g. “des(der) Professors(in)” → “*der Professorsin”⁴⁰. Já em português, o acréscimo de parênteses em frases maiores, necessário para evitar a mesma agramaticalidade, torna a leitura pesada, e.g. “os(as) filhos(as) dos(as) professores(as) têm muitos(as) amigos(as)” etc. Os mesmos problemas ocorrem com o uso de barras diagonais, e.g. “os/as filhos/as” etc. Portanto, o uso sugerido em diferentes fontes (porém, não no *Manual*) é o de barras diagonais separando as formas ou sintagmas completos das palavras, e.g. “os professores mencionados / as professoras mencionadas”.

em peso. É possível também quem *Gender* seja preferido por não conotar outros sentidos relacionados a “sexo” ou “relações sexuais” que podem ser evocados por *Geschlecht* (cf. *Geschlechtsverkehr* [relação sexual]).

³⁸ O pronome *man* foi formado por calque a partir do fr. *on*, por sua vez derivado de *homme* [homem]. Em português medieval se usava *homem* com o mesmo sentido.

³⁹ Cf. “Hut ab! Das trägt frau in Ascot”, matéria de moda do portal de notícias *Deutsche Welle*. Disponível em: <<http://www.dw.com/de/hut-ab-das-tr%C3%A4gt-frau-in-ascot/g-39331204>>. Acesso em: 20/06/2017.

⁴⁰ Adaptado de: UNIVERSITÄT BERN, 2017, p. 18.

O texto de Nord (2010c (SLK)) emprega diferentes estratégias para tornar a linguagem inclusiva, porém, não as aplica em todas as frases onde isso seria possível. Além disso, são usadas estratégias diferentes para a referência a grupos hipotéticos mistos, criando uma incoerência ou inconsistência estilística. Na primeira linha há uma ocorrência do *Binnen-I* (“*TranslationswissenschaftlerInnen*“, cf. NORD, 2010c (SLK), p. 28), mas essa forma ocorre apenas mais uma vez, na página 38 (“*ÜbersetzerInnen*”). Mais adiante vemos uma forma com parênteses pouco usual: “*AT-Autor(inn)en*” (p. 32); os parênteses voltam a ocorrer somente na página 43 (“*Übersetzer(innen)*”). Depois disso, temos a forma com barra diagonal “*Übersetzer/innen*” duas vezes (p. 44-5), e, por fim, a forma paralela completa: “*Übersetzerinnen und Übersetzer*” (p. 45).

Para além desses “deslizes”, a estratégia predominante no texto é outra, mais sutil: a referência a pessoas hipotéticas é feita ora no masculino, ora no feminino (cf. NORD, 2010c (SLK), p. 32, grifo meu: “*Unabhängig vom konkreten Übersetzungsauftrag muss also die Übersetzerin die Translationskonzepte der beiden beteiligten Kulturen berücksichtigen*”⁴¹). Ainda assim, o masculino é consideravelmente mais frequente⁴², enquanto o feminino ocorre perceptivelmente com mais frequência em trechos com várias referências a pessoas genéricas. Isso pode ser em razão ou de um “erro” de tradução (lembrando que SLK é uma autotradução) ou de revisão da autora, ou mesmo de uma tentativa de moderar (no termo usado por Nord no prefácio citado acima) a linguagem inclusiva no texto.

Considero que essa estratégia pela alternância esporádica entre masculino e feminino causa um estranhamento no português brasileiro, por não ser parte das práticas textuais convencionais (não é mencionada nos documentos comentados acima, por exemplo), mas que esse estranhamento também é, ou foi, em algum momento, parte de qualquer estratégia de criar uma linguagem inclusiva. Nas palavras de Nord, se por um lado a tradutora (ou o tradutor) deve levar em consideração as convenções das duas línguas envolvidas, por outro, ““levar em conta” não significa simplesmente fazer aquilo que os outros esperam” (2010c (SLK), p. 32. Tradução minha). Parte do efeito de estranhamento causado na minha leitura do texto levou à pergunta: por que a autora utiliza nessa parte específica o feminino e, em outra, o masculino? Por que aqui ela escreve “a tradutora”, mas mais adiante escreve “o tradutor”? Essa pergunta parte de uma interpretação não pretendida dessa estratégia. Portanto, para que a função almejada seja

⁴¹ “Portanto, independentemente do encargo de tradução, a tradutora deve levar em conta os conceitos de translação das duas culturas envolvidas”. (Tradução minha).

⁴² Seria mais adequado realizar a contagem de todas as ocorrências desse tipo de referência genérica e gerar um gráfico de acordo com o gênero. Esse passo foi deixado de lado por falta de tempo.

atingida, a recepção do texto tem de incluir o entendimento de que essa alternância de gêneros não está lá para focalizar um aspecto “feminino” ou “masculino” da ação realizada pelo sujeito genérico de cada frase, mas sim para romper com a referência automática a um sujeito genérico masculino. No entanto, esse entendimento é possível, ainda que exija do leitor certo esforço.

Dito isso, busco reproduzir esse elemento discursivo no TM através de estratégias equivalentes, ainda que isso possa causar no leitor-meta um estranhamento que (talvez) não ocorra com o leitor-fonte. Quanto à incoerência estilística mencionada acima, optei por apagá-la, por entender que se trata de um erro. Todas as ocorrências mencionadas acima das formas com parênteses, barra e *Binnen-I* são trazidas na forma completa, e.g. “tradutores e tradutoras” ou “tradutoras e tradutores”, enquanto a referência a sujeitos hipotéticos femininos é reproduzida, como demonstrado na nota 41.

Para o presente trabalho, não foi possível, por questão de tempo, realizar um estudo de *corpus* sobre o uso de formas de linguagem inclusiva em textos acadêmicos brasileiros (i.e., o intertexto em que se insere o TM), embora isso tivesse sido a melhor forma de embasar a decisão quanto à forma a ser utilizada. Sendo assim, fiz a escolha apenas a partir das possibilidades de formulação que pude observar, das críticas e posições de outros em relação a estas e de meu próprio juízo a este respeito.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente trabalho foi propor uma tradução para o texto de Christiane Nord “Skopos, Loyalität und Konventionen in der Übersetzung” (2010c (SLK)) e comentar o processo tradutório empreendido. Para isso, busquei, no Capítulo 2, levantar o conhecimento intertextual necessário para compreender não só os temas e conceitos abordados no texto, mas também o ponto de onde ele parte, tanto no contexto do desenvolvimento das teorias funcionalistas da tradução, quanto dentro da própria obra da autora. Visto que considero frutífero para a prática de tradução o trabalho de Nord e de outros autores dessa linha teórica, ao contextualizar o TF, também estabeleci o fundamento teórico da tradução proposta. Assim, no Capítulo 3, me sirvo do conceito de escopo para determinar que o TM deveria reproduzir a função do TF, princípio que guiaria o processo tradutório, por exemplo.

Nesse capítulo apresento também os conceitos de *funções textuais* (NORD, 2001; 2016a) e de *tradução instrumental e documental* (NORD, 2016b). A reflexão sobre as funções textuais foi importante para guiar as decisões tradutórias, uma vez que tornou claro o papel de diferentes segmentos do texto para o cumprimento da principal função comunicativa do texto, que no caso corresponde à função referencial. A distinção entre tradução instrumental e documental foi útil para lidar com os problemas levantados pelos EXTs. Como argumentei no Capítulo 4, ainda que o TM proposto mantenha traços de uma tradução documental, como a reprodução de trechos do texto que apontam explicitamente para o contexto-fonte e que, portanto, tiveram a função modificada, o TM foi produzido tendo em mente uma tradução equifuncional, em que mudanças pontuais de função foram feitas de modo a complementar a função referencial global do texto. Instrumental e documental, vale lembrar, não são tipos estanques de tradução, mas segmentos de um espectro de possibilidades; a tradução proposta se situa dentro do campo instrumental, mas traz *traços* documentais.

Em relação aos exemplos de tradução, Nord (2012) forneceu a base para identificar suas funções. A escolha de adaptar exemplos de tradução (a inserção de traduções brasileiras como TM-EM, segundo a estratégia C descrita na página 45) foi feita a fim de manter a função apelativa dos EXTs; porém, exemplos que fazem referência a realidades culturalmente específicas do contexto-fonte não foram adaptados. A decisão em relação a estes últimos visou um reforço da função referencial: o contraste entre o conhecimento prévio do público e o conhecimento novo sobre a cultura-fonte proporciona um conhecimento “novo”, não presente no TF, que se relaciona ao tema. No entanto, como comentei, vale notar que esse acréscimo de

informação que remete ao próprio processo tradutório pode não se adequar a qualquer tradução: essa adequação vai depender do escopo e das expectativas do público-meta, por sua vez marcadas pelas convenções da cultura-meta relativas ao texto, ao gênero textual, às traduções etc.

Como mencionei na introdução, a escolha do texto-fonte se baseou na experiência prévia de tradução de textos acadêmicos de cunho metalinguístico, dado que essa proporcionara problemas de tradução interessantes. Porém, a tradução de SLK levantou problemas de tradução não previstos, cuja solução foi igualmente desafiadora e provocou discussões instigantes.

Primeiramente, constatei que a terminologia da área de Estudos de Tradução em português brasileiro não apresenta formas plenamente estabelecidas para certos termos provenientes do alemão, mas sim diferentes variantes para certos conceitos, às vezes presentes também em alemão. Talvez isso se dê em parte por uma facilidade própria da área em recorrer à citação parentética na língua-fonte como forma de desambiguação (e.g. “o objetivo (*Ziel*) do texto”, “uma questão de sentido (*meaning*)” etc.). Como propus na introdução, a ausência de termos consolidados também pode estar relacionada com a falta de traduções de textos teóricos. As escolhas tradutórias se basearam, por um lado, no uso atestado nos textos consultados, como no caso dos termos *destinatário*, *encargo*, e mesmo *finalidade* (como tradução de *Zweck*); por outro, considerando que termos (*texto*) *de partida/chegada* vs. (*texto*)-*fonte/meta* apresentam variação terminológica denominativa e, não constatando entre as variantes diferenças conceituais ou de ponto de vista, nem podendo determinar com certeza a predominância do uso de uma sobre a outra, tomei decisões me baseando em reflexões práticas, em termos de “adequação referencial”. Todavia, cabe dizer que seria necessário um estudo terminológico mais aprofundado e amparado em um *corpus* mais representativo para embasar melhor as escolhas terminológicas ou defender com maior propriedade as conclusões tomadas em relação às variantes. Portanto, as respostas encontradas no meu estudo são, necessariamente, provisórias.

Em segundo lugar, percebi que Nord fazia uso de recursos de linguagem inclusiva, escolha comentada brevemente pela autora no corpo do texto-fonte, bem como no prefácio do livro em que foi publicado. Trata-se obviamente de uma decisão importante para a autora e que, ao mesmo tempo, se relaciona a uma discussão pública com considerável presença nos países de língua alemã. A escolha por reproduzir esse discurso no TM se baseou na reflexão de Nord acerca do conceito de *lealdade*: a atitude leal seria ou a) reproduzir no TM a intenção da autora enquanto produtora do TF, ou b) indicar explicitamente e justificar a não reprodução, para não incorrer na *falsificação* da imagem da autora perante o público-meta. No entanto, para recriar

esse traço discursivo, foi necessário entender minimamente o ponto de desenvolvimento dessa questão tanto na Alemanha – para ter o conhecimento necessário para constatar que as formas de referência inclusiva preferidas por Nord não são as mais radicais, por exemplo, e que atualmente têm o amparo institucional necessário para terem espaço na academia – quanto no Brasil, considerando as diferentes formas linguística que esse discurso toma, para decidir como recriá-lo no TM.

Por fim, além dos referidos problemas, provenientes da necessidade de escolhas para tratar exemplos de tradução, das diferenças entre as línguas, terminologias e discursos, houve ainda alguns problemas causados por irregularidades formais do texto, como a alternância, aparentemente não justificada, entre os termos *Translation* e *Übersetzung*, ou a alternância entre diferentes formas de grafar marcadores de indeterminação de gênero como o *Binnen-I* e as terminações em parênteses. Interpreto essas irregularidades, assim como a citação incorreta de um texto, comentada anteriormente, como efeitos colaterais de um processo complexo de autotradução, revisão e editoração – um processo que envolve diversas pessoas e, tipicamente, precisa ser feito em menos tempo do que seria adequado, tanto na Alemanha como no Brasil. Partindo desse entendimento, procurei apagar tais irregularidades no TM, padronizando as formas de linguagem inclusiva e, em menor medida, a alternância entre termos.

Encerro com o desejo de que o trabalho realizado represente uma contribuição para a área de Estudos de Tradução, ao trazer uma primeira tradução de um texto teórico relevante, e ao refletir sobre essa tarefa de “metatradução”, que levanta problemas tradutórios peculiares e desafiadores que, como outros problemas tradutórios, têm muitas particularidades, e cujas soluções deverão se adequar a cada TF e ao propósito, ou escopo, do TM. Certamente não foi possível contemplar todos os aspectos da tradução que seriam de interesse, nem esgotar todas as discussões levantadas; afinal, de maneira geral é praticamente impossível esgotar um texto pela análise, o que só é agravado pelas usuais e necessárias restrições de tempo. No entanto, creio haver estabelecido um ponto de partida para futuros estudos sobre o tema tratado. Ademais, as soluções encontradas para os problemas de tradução não são “perfeitas”, mas foram feitas com a consciência de que toda tradução – e todo texto – é algo em alguma medida provisório, imperfeito, e de que é justamente esse aspecto que faz o texto apontar sempre para direções novas, outras conexões, textos futuros.

REFERÊNCIAS

ARROJO, R. *Oficina de tradução: A teoria na prática*. São Paulo: Ática, 1986.

BENJAMIN, W. *A tarefa do tradutor*. Tradução de Karlheinz Barck et al. Disponível em: <<http://escritoriolivro.com.br/bibliografia/Benjamin.pdf>>. Acesso em: 06/05/2017.

BRAGA, G. S. *Arthur Machen e o grande deus Pã: Uma proposta funcionalista de tradução retrospectiva*. 2016. 189 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/143657>>. Acesso em: 07/06/2017.

CABRÉ, M. T. *Terminology: theory, methods, and applications*. Tradução (do catalão) de Janet Anne DeCesaris. Amsterdam: John Benjamins, 1999.

CARROLL, L. *Alice no País das Maravilhas*. Tradução de Rosaura Eichenberg. Porto Alegre: L&PM, 2014.

_____. *Aventuras de Alice no País das Maravilhas; Através do Espelho e o que Alice encontrou por lá*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

_____. *Alice no País das Maravilhas*. Tradução de Ana Maria Machado. São Paulo: Ática, 1997.

_____. (1865) *Alice's adventures in Wonderland & Through the Looking-Glass*. Hertfordshire: Wordsworth, 1992.

_____. *Alice no País das Maravilhas*. Tradução e adaptação de Nicolau Sevcenko. São Paulo: Scipione, 1986.

_____. *Aventuras de Alice no País das Maravilhas, Através do espelho e o que Alice encontrou lá*. Tradução e organização de Sebastião Uchoa Leite, poemas traduzidos por Augusto de Campos. Rio de Janeiro/São Paulo: Fontana/Summus, 1977.

_____. *Alice no País das Maravilhas e Alice no País do Espelho*. Adaptação de Monteiro Lobato. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

CAVACO-CRUZ, L. Neologia e Terminocriatividade em Tradução Técnica na Língua Portuguesa. *Cadernos de Tradução*, Pelotas, n. 22, p. 39-74, 2014.

CUNHA, C. e CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

DAHL, R. *Charlie and the Chocolate Factory*. Londres: Puffin, 2001. (Puffin Modern Classics).

_____. *A fantástica fábrica de chocolate*. Tradução de Dulce H. Vainer. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

DOSE, M. *Duden in 10 Bänden*. 5ª ed. revisada e expandida. Mannheim: Dudenverlag, 1990.

FREIE UNIVERSITÄT BERLIN. Zentrale Frauenbeauftragte. *Geschlechtergerecht in Sprache und Bild*. 2013. 19 p. Disponível em: <http://www.physik.fu-berlin.de/fachbereich/frauenbeauftragte/docs/Leitfaden_gendergerechte-Sprache.pdf>. Acesso em: 03/06/2017.

GEHRS, O. Guter Kampf. *fluter*, Bonn, n. 63, p. 20-21, verão 2017.

HATIM, B; MASON, I. *Discourse and the translator*. Nova Iorque: Longman, 1990.

HOUAISS. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HURTADO ALBIR, A. *Traducción y Traductología: Introducción a la Traductología*. Madrid: Cátedra, 2001.

JOHANNES KEPLER UNIVERSITÄT LINZ. Stabsabteilung für Gleichstellungspolitik. *Geschlechtergerecht in Sprache und Bild*. 2009. 34 p. Disponível em: <http://www.jku.at/StGP/content/e12915/e12914/e12892/e12668/e12619/e67601/GeschlechtergerechteinSpracheundBild_ger.pdf>. Acesso em: 03/06/2017.

KENNY, D. Equivalence. In: BAKER, M.; SALDANHA, G. (Orgs.). *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. Abingdon: Routledge, 2011, p. 96-9.

KOLLER, W. (1979) *Einführung in die Übersetzungswissenschaft*. 8ª Ed. revisada. Tübingen: Narr Francke Attempo Verlag, 2011.

KRAMER, B. Vom künstlichen Aufregen. *fluter*, Bonn, n. 63, p. 28-13, verão 2017.

LEWIS, D. *Convention: a philosophical study*. Oxford (Inglaterra): Blackwell, 2002.

MEDEIROS, L. V. A. *Essa Língua Não Me Representa: Discursos Sobre Língua e Gênero*. 2016. 105 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/149540>>. Acesso em: 26/05/2017.

MITTMANN, S. *Notas do tradutor e processo tradutório: análise sob o ponto de vista discursivo*. Porto Alegre, Ed. Da UFRGS, 2003.

MUNDAY, J. *Introducing Translation Studies: Theories and applications*. Abingdon: Routledge, 2016.

NORD, C. (1988) *Análise textual em tradução: bases teóricas, métodos e aplicação didática*. Coordenação da tradução e adaptação de Meta Elisabeth Zipser. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2016a. (Coleção Transtextos; v. 1).

_____. Lealdade em vez de fidelidade: proposta de uma tipologia funcional da tradução. Tradução de Cristiane Krause Kilian. *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, n. especial, p. 9-24, 2016b.

_____. Text Analysis and Translation. In: BERMANN, S.; PORTER, C. (ORGS.). *A Companion to Translation Studies*. Chichester: Wiley and Sons, 2014, p. 69-81.

_____. Entrevista. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, n. 34, v. 2, p. 312-337, 2014. Entrevista concedida a Meta Elisabeth Zipser e Monique Pfau.

_____. Translating Functionalism the Functional Way: Examples as a Case in Point. *mTm*, Atenas, v. 4, p. 205-231, 2012.

_____. *Funktionsgerechtigkeit und Loyalität: Theorie, Methode und Didaktik des Funktionalen Übersetzens*. Berlin: Frank & Timme, 2010a. (Arbeiten zur Theorie und Praxis des Übersetzens und Dolmetschens; 32).

_____. (1989). Loyalität statt Treue: Vorschläge zu einer funktionalen Übersetzungstypologie. In: _____. *Funktionsgerechtigkeit und Loyalität: Theorie, Methode und Didaktik des Funktionalen Übersetzens*. Berlin: Frank & Timme, 2010b, p. 11-28. (Arbeiten zur Theorie und Praxis des Übersetzens und Dolmetschens; 32).

_____. (1991). Skopos, Loyalität und Konventionen in der Übersetzung. In: _____. *Funktionsgerechtigkeit und Loyalität: Theorie, Methode und Didaktik des Funktionalen Übersetzens*. Berlin: Frank & Timme, 2010c, p. 29-46. (Arbeiten zur Theorie und Praxis des Übersetzens und Dolmetschens; 32).

_____. (1987). Übersetzungsprobleme – Übersetzungsschwierigkeiten: Was in den Köpfen von Übersetzern vorgehen sollte. In: _____. *Funktionsgerechtigkeit und Loyalität: Theorie, Methode und Didaktik des Funktionalen Übersetzens*. Berlin: Frank & Timme, 2010d, p. 116-125. (Arbeiten zur Theorie und Praxis des Übersetzens und Dolmetschens; 32).

_____. (1998). Vertikal statt horizontal: Die Übersetzungseinheit aus funktionaler Sicht. In: _____. *Funktionsgerechtigkeit und Loyalität: Theorie, Methode und Didaktik des Funktionalen Übersetzens*. Berlin: Frank & Timme, 2010e, p. 153-165. (Arbeiten zur Theorie und Praxis des Übersetzens und Dolmetschens; 32).

_____. Functionalist Approaches. In: GAMBIER, Y.; DOORSLAER, L. v. (Orgs.). *Handbook of Translation Studies*. Vol. 1. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins, 2010f, p. 120 - 128.

_____. (1997) *La Traduction, Une activité ciblée*: Introduction aux approches fonctionnalistes. Tradução de Beverly Adab. Arras: Artois Presses Université, 2008.

_____. (1997). *Translating as a Purposeful Activity: Functionalist Approaches Explained*. Xangai: Shangai Foreign Language Education Press, 2001.

_____. Entrevista: Christiane Nord. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, n. 5, v. 1, p. 183-213, 2000.

PUSCH, L. Sprache ist Gewöhnungssache: entrevista. [8 de julho de 2013]. Zurique: Neue Zürcher Zeitung. Entrevista concedida a Claudia Wirz. Disponível em: <<https://www.nzz.ch/wissenschaft/bildung/interview-pusch-1.18112625>>. Acesso em: 26/05/2017.

PYM, A. *Exploring Translation Theories*. Nova Iorque: Routledge, 2010.

REIß, K. *Translation Criticism – The potentials and limitations: Categorizations and Criteria for Translation Quality Assessment*. Traduzido por Erroll F. Rhodes. Abingdon: St. Jerome, 2014.

REIß, K.; VERMEER, H. J. *Towards a General Theory of Translational Action: Skopos Theory Explained*. Traduzido por Christiane Nord. Nova Iorque: Routledge, 2014.

_____; _____. *Grundlegung einer allgemeinen Translationstheorie*. Tübingen: Niemeyer, 1984.

REUILLARD, P. C. R. *Neologismos Lacanianos e Equivalências Tradutórias*. 2007. 229 p. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/12506>>. Acesso em: 18/06/2017.

RIO GRANDE DO SUL. *Manual para o uso não sexista da linguagem*. 2014. Disponível em: <http://www.spm.rs.gov.br/upload/1407514791_Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf>. Acesso em: 30/05/2017.

ROSAS, M. Por uma teoria da tradução do humor. *D.E.L.T.A.*, n. 19, v. especial, p. 133-161, 2003.

SAGAWE, H. Multivariates Faktorenmodell des translatorischen Handelns. In: _____. *Translatorisches Handlungsinventar*. Hamburgo: Verlag Dr. Kovač, 2000, p. 1-41. (PHILOLOGIA - Sprachwissenschaftliche Forschungsergebnisse; v. 43)

SALDANHA, G. Linguistic approaches. In: BAKER, M.; _____. (Orgs.). *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. Abingdon: Routledge, 2011, p. 148-151.

SCHÄFFNER, C. Functionalist approaches. In: BAKER, M.; SALDANHA, G. (Orgs.). *Routledge Encyclopedia of Translation Studies*. Abingdon: Routledge, 2011, p. 115 - 121.

SCHLEIERMACHER, F. [1813] Ueber die verschiedenen Methoden des Uebersetzens. In: STÖRIG, H. J. *Das Problem des Übersetzens*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1973, p. 38-70. (Wege der Forschung, vol. VIII).

SEARLE, J. R. *Os actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem*. Tradução de Carlos Vogt. Coimbra: Almedina, 1981.

_____. *Speech acts: an essay in the philosophy of language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

SNELL-HORNBY, M. *The turns of translation studies*. Amsterdam: John Benjamins, 2006.

UNIVERSITÄT BERN. Abteilung für Gleichstellung. 2017. 25 p. *Geschlechtergerechte Sprache*. Disponível em: http://www.unibe.ch/unibe/portal/content/e809/e810/e812/e824/e826/e17401/e554561/e554562/2017GendergerechteSprache_Auflage2_f.Web_ger.pdf>. Acesso em: 03/06/2017.

UNIVERSITÄT LEIPZIG. *Grundordnung der Universität Leipzig*. 2013. 20 p. Disponível em: https://stura.uni-leipzig.de/sites/stura.uni-leipzig.de/files/dokumente/2016/12/grundordnung_ul_130806.pdf>. Acesso em: 03/06/2017.

UNIVERSITÄT POTSDAM. *Leitfaden: Gendergerechte Sprache*. 2ª ed. 2012. 8 p. Disponível em: https://www.uni-potsdam.de/fileadmin01/projects/gleichstellung/Publikationen/Leitfaden_gendergerechte_Sprache_UP-2012.pdf>. Acesso em: 03/06/2017.

VENUTI, L. *The Translator's Invisibility: A history of translation*. 2ª ed. Abingdon: Routledge, 2008.

VERMEER, H. J. Übersetzen als kultureller Transfer. In: SNELL-HORNBY, M. (Org.) *Übersetzungswissenschaft – Eine Neuorientierung: zur Integrierung von Theorie und Praxis*. Tübingen: Francke, 1986. (UTB für Wissenschaft: Uni-Taschenbücher; 1415). P. 30-53.